

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA,
INICIADA NO DIA 29 DE ABRIL E CONTINUADA NOS DIAS 6 E 13 DE
MAIO DE 2003.** -----

----- **ACTA NÚMERO VINTE E NOVE** -----

----- No dia 13 de Maio de 2003, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência do seu Presidente efectivo, Excelentíssimo Senhor António Modesto Fernandes Navarro, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor José Manuel Rosa do Egipto e pela Excelentíssima Senhora Dona Maria Virgínia Laranjeiro Estorninho, respectivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Abílio Martins Ferreira, Álvaro António de Vasconcelos, Álvaro Manuel Ferreira Costa Flor, Ana Bela Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Conceição Gonçalves, Ana Maria Lopes Páscoa Baptista, Ana Sara Cavalheiro Alves de Brito, Aníbal Jorge Dias, António Augusto Pereira, António da Conceição Tavares, António Joaquim Costa Cunha, António José Amaral Ferreira Lemos, António Manuel Dias Baptista, António Manuel de Sousa Ferreira Pereira, António da Silva, Armando Dias Estácio, Artur Miguel Claro Fonseca Mora Coelho, Artur Santos Madeira, Bruno Filipe Esteves Medina Rolo, Carlos Alberto de Carvalho Alves Correia, Carlos Alberto Rodrigues dos Santos, Carlos Filipe Marques Lima, Carlos Manuel Marques da Silva, David Rua de Castro, Deolinda Carvalho Machado, Domingos Alves Pires, Diana Sofia Almeida Barroso Soares, Feliciano Marques Martins da Cruz David, Fernando Luís Magalhães Silva, Fernando Manuel Dionísio Saraiva, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Fernando Pinto Trindade, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, Francisco José Fernandes Martins, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Carlos Santos Pessoa Costa, João de Deus Gomes Pires, João Jofre da Fonseca Costa, Joaquim António de Oliveira, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Joaquim José Miranda Sarmento, Joaquim Maria Fernandes Marques, Jorge Manuel Rocha Ferreira, José das Neves Godinho, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Gonçalves Levita, José Luís Teixeira Ferreira, José Manuel Cal Gonçalves, José Maria Ribeiro Rodrigues, José Maria Valente, José Rui Roque, Lourenço Ramos Bernardino, Luís Ângelo da Silva Campos, Manuel Albino Rodrigues, Manuel Fernando Dias de Almeida, Manuel Nuno da Costa Estorninho, Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa, Maria de Lurdes Jesus Pinheiro, Maria de Lurdes Teixeira Queiroz, Maria Eulália Gomes Frazão, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa Bulhões Silva Castelhana Sabino, Maria Luísa Rodrigues Neves Vicente Mendes, Martinho José Baptista, Nelson Pinto Antunes, Orlando Bento Antunes Claro, Paulo Alexandre da Silva Quaresma, Paulo Manuel Bernardes Moreira, Pedro Manuel Portugal Botelho Gaspar, Pedro Manuel Bastos Rodrigues Soares, Ramiro Nelson Cardoso Silva, Rodolfo José Caseiro, Rodrigo Maria Santos Mello Gonçalves, Rogério da Silva e

Sousa, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rui Manuel Pessanha da Silva, Rui Paulo Silva Soeiro Figueiredo, Rui Pereira Caeiro, Sérgio Lipari Garcia Pinto, Susana Maria Nunes Silvestre, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, António Manuel Pimenta Prôa, Nelson Miguel Rodrigues Coelho, José Dimas Bernardes Salsinha, Luís Branco da Silva, Eduardo Manuel Vieira Pereira Marques, António Manuel Passos Rapoula, José Domingos Pereira Gonçalves, João Manuel Sousa Santos Reis, Sérgio Rui Lopes Cintra, Carlos Alberto Pereira da Costa e Rui Manuel Santos Matos Alves. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro Roque Pinho Bissaia Barreto, António Alfredo Delgado Silva Preto, António José Borges Gonçalves de Carvalho, António Sérgio Vaz Rei Manso Pinheiro, Isabel Maria de Almeida e Castro, Jorge Manuel Damas Martins Rato, José Manuel Afonso Possidónio, Maria Helena Carvalho Santos Oliveira Lopes, Vitor Manuel Alves Agostinho e Levi Marques dos Santos. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Ricardo Posser de Andrade Chaves (PSD), por um dia, tendo sido pelo Deputado Municipal José Dimas Bernardes Salsinha. -----

----- João Pedro Saldanha Serra (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal António Manuel Pimenta Prôa. -----

----- Jorge Bacelar Gouveia (PSD), por um dia, sendo substituído pelo Deputado Municipal Levi Marques dos Santos. -----

----- Rui Gomes da Silva (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Miguel Rodrigues Coelho. -----

----- Maria da Graça Barata Niny Mexia (PCP), por 15 dias, sendo substituída pelo Deputado Municipal Eduardo Manuel Vieira Pereira Marques. -----

----- Nuno Baltazar Mendes (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Manuel Sousa Santos Reis. -----

----- Miguel Anacoreta Correia (CDS/PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal António Manuel Passos Repoula. -----

----- Rodrigo de Moctezuma (PPM), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Domingos Pereira Gonçalves. -----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Juntas de Freguesia: -----

----- Nuno Roque (PSD), Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, por Carlos Alberto Pereira da Costa. -----

----- Alberto Bento (PS), Presidente da Junta de Freguesia das Mercês, por Sérgio Rui Lopes Cintra. -----

----- Ermelinda Brito (PS), Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão e São Lourenço, por Rui Manuel Santos Matos Alves. -----

----- Justificaram faltas os seguintes Deputados Municipais: -----

----- José Luís Teixeira Ferreira, relativamente à reunião realizada no dia 6 de Maio de 2003. -----

----- Às 15 horas e 30 minutos, constatada a existência de *quorum*, o **Senhor Presidente**, declarou aberta a reunião referindo que era a terceira da Sessão Ordinária iniciada no passado dia 29 de Abril. -----

----- **CONTINUAÇÃO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **O Senhor Presidente** informou que iam iniciar a reunião com a tomada de posse do membro do Conselho Municipal de Segurança, ponto 17 de Ordem de Trabalhos, de seguida apreciariam o ponto três, que a pedido da Câmara tinha ficado para esta reunião, e depois seguiriam a ordem normal dos pontos. -----

----- **PONTO 17 – TOMADA DE POSSE DO PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA E PROTECÇÃO CIVIL DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA, DEPUTADO MUNICIPAL PAULO MANUEL BERNARDES MOREIRA, COMO MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA.** -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário** procedeu à leitura do termo de posse que a seguir se transcreve: -----

----- “Nos termos do estipulado no artigo 9º da Lei 33/98, de 18 de Julho e do artigo 18º do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, vai tomar posse perante a Assembleia Municipal de Lisboa aos 13 dias do mês de Maio de 2003, conforme o ponto 17 do 2º aditamento à Ordem de Trabalhos da Sessão Ordinária iniciada no passado dia 29 de Abril e, continuada na presente data, como membro do Conselho Municipal de Segurança, o cidadão que a seguir se discrimina e assina o presente termo de posse: -----

----- Paulo Manuel Bernardes Moreira. -----

----- E eu, António Modesto Fernandes Navarro, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lisboa, confirmo a identidade e a posse do membro do Conselho Municipal de Segurança do Município de Lisboa acima indicado.” -----

----- **PONTO 3 – APRECIACÃO DO RELATÓRIO DA COMISSÃO PERMANENTE DE EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E DESPORTO, SOBRE A CESSAÇÃO DE FUNÇÕES DE NOVE TÉCNICOS DA DIVISÃO DE APOIO JUVENIL DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA.** -----

----- **Relatório** -----

----- “Relatório sobre a cessação de funções de nove técnicos da Divisão de Apoio Juvenil da Câmara Municipal de Lisboa -----

----- I – Enquadramento -----

----- 1 – Por Despacho de 4 de Fevereiro de 2003, do Presidente em exercício da Assembleia Municipal de Lisboa, foi submetida à apreciação do Presidente da Comissão Permanente de Educação, Desporto e Juventude (Comissão), do mesmo órgão, uma carta datada de 3 de Fevereiro de 2003, que enuncia um qualificado “despedimento colectivo dos nove contratados da Divisão de apoio Juvenil da Câmara Municipal de Lisboa”, que se anexa como documento 1. -----

----- 2 – Na sequência da recepção deste documento foi convocada uma reunião da

Comissão com as pessoas abrangidas pela cessação de funções, para o dia 11/02/2003.

----- 3 – Nesta reunião compareceram os seguintes técnicos: Pedro Vieira; Marta Martins; Isaura Lobo; Sónia Tavares; Tiago Caeiro e Alexandre Maurício, tendo da mesma sido lavrada uma acta que se anexa como documento 2. -----

----- 4 – No final desta reunião foi deliberado solicitar a presença da Senhora Vereadora Ana Sofia Bettencourt em reunião a realizar com a Comissão sobre este tema. -----

----- 5 – A reunião solicitada realizou-se no dia 21 de Fevereiro de 2003, tendo da mesma sido lavrada numa acta que se anexa como documento 3. -----

----- 6 – No final desta reunião foi deliberada a elaboração de um relatório a apresentar ao Plenário da Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- 7 – No dia 24 de Fevereiro reuniu a Comissão para apreciar o conteúdo do relatório, tendo o mesmo sido aprovado. -----

----- II – Conclusões -----

----- 8 – Do enquadramento descrito e das reuniões promovidas com os técnicos e com a Senhora Vereadora Ana Sofia Bettencourt extraíram-se as seguintes conclusões: -----

----- Em 28 de Janeiro de 2003 os nove técnicos, contratados em regime de prestação de serviços, da Divisão de Apoio Juvenil da Câmara Municipal de Lisboa, receberam uma carta que produziu a cessação dos respectivos vínculos funcionais ao Município de Lisboa; -----

----- Os técnicos dispensados eram responsáveis por assegurar o funcionamento dos espaços de informação à juventude nos domínios da saúde, acompanhamento jurídico, planeamento familiar, emprego, iniciativas jovens; integrar e promover o funcionamento dos grupos de trabalho para desenvolvimento de projectos de organização das iniciativas centrais da CML na área da juventude; promover a acção do Município junto das associações juvenis, de estudantes e minorias étnicas; -----

----- Os técnicos detêm qualificações académicas com interesse para funções desta natureza (ciência política, administração autárquica, sociologia, relações públicas, *design* e moda); -----

----- A rescisão dos respectivos vínculos representa uma redução de 60% dos recursos humanos ao dispor da Divisão de Apoio Juvenil; -----

----- A cessação destes vínculos não terá sido objecto de procedimento adequado, porquanto os contratos foram automaticamente renovados, por um ano, em 31 de Dezembro de 2002, para serem rescindidos em carta recebida a 28 de Janeiro de 2003; -----

----- Não foi possível apurar o envolvimento das chefias intermédias, nomeadamente da Chefe de Divisão e da Directora de Departamento, no procedimento de cessação dos vínculos contratuais; -----

----- O procedimento de cessação dos vínculos contratuais fundamenta-se na inexistência de resposta, por parte dos técnicos dispensados, às orientações políticas emitidas pelo Pelouro de Juventude da Câmara Municipal de Lisboa; -----

----- Para o efeito foi realizada, em 4 e Junho de 2002, uma reunião entre a Vereadora Ana Sofia Bettencourt e a Chefe da Divisão de Apoio Juvenil, em que a Vereadora

terá entregue o programa da candidatura “Lisboa Feliz” na área da Juventude, para ser objecto de estudo e execução; -----

----- Posteriormente terá sido transmitido ao Gabinete da Vereadora a constituição de Grupos de Trabalho para estudar a implementação dos referidos projectos; -----

----- Os Grupos estão em funcionamento, nomeadamente o que se refere ao projecto “Mega-Espaço Jovem”; -----

----- Durante o ano de 2002, segundo a Senhora Vereadora, não foi apresentado pela Divisão nenhum documento ou projecto de execução sobre o referido programa eleitoral; -----

----- Esta omissão terá consolidado no Pelouro da Juventude a convicção da inexistência de perfil, por parte destes técnicos, para executar as orientações políticas da Câmara Municipal de Lisboa, na área da Juventude; -----

----- A actuação da Divisão de Apoio Juvenil e de alguns destes técnicos durante o evento “Fórum Estudante”, que decorreu entre 10 e 14 de Dezembro de 2002, desagradou profundamente ao pelouro da Juventude, porquanto, segundo o que foi exposto pela Senhora Vereadora, não garantiram uma presença condigna da Câmara Municipal de Lisboa, não tendo assegurado, sequer, a abertura do espaço que estava destinado à Câmara Municipal, no dia da inauguração da exposição; -----

----- Não foi realizada nenhuma reunião entre o Gabinete da Vereadora e os Grupos de Trabalho responsabilizados pelo desenvolvimento dos projectos de juventude; -----

----- A Comissão não foi informada pela Senhora Vereadora do Pelouro da Juventude acerca do perfil adequado à realização das funções exigidas aos técnicos, tendo a Vereadora invocado que tal competência respeita ao Executivo; -----

----- Não foi esclarecido perante a Comissão, o envolvimento e a responsabilização das chefias intermédias na execução das orientações políticas transmitidas pela Vereadora Ana Sofia Bettencourt; -----

----- Não foi definido o critério a utilizar na selecção e recrutamento dos recursos humanos a afectar à Divisão de Apoio Juvenil para execução da política de juventude e do plano de actividades para 2003; -----

----- Não foram referidas medidas ou acções já promovidas pelo Pelouro de Juventude para resolver as insuficiências que poderão ser provocadas pela cessação de funções dos prestadores de serviços dispensados, tendo a Senhora Vereadora informado que iria recorrer ao quadro orgânico da Câmara Municipal ou, eventualmente, a contratação de serviço externo. -----

----- III - Face ao exposto, a Comissão de Educação, Juventude e Desporto, -----

----- Manifesta a sua preocupação pelo facto de a rescisão dos vínculos funcionais dos nove técnicos ter ocorrido 28 dias depois de os contratos terem sido automaticamente renovados por um ano, defraudando legítimas expectativas e o direito ao trabalho e reduzindo em 60% os recursos humanos ao dispor da Divisão de Apoio Juvenil, o que poderá vir a reflectir-se na execução de projectos de trabalho no corrente ano; -----

----- Sugere que a Câmara Municipal de Lisboa pondere a necessidade de reavaliação do processo de cessação dos nove vínculos funcionais, considerando sobretudo as experiências adquiridas pelos técnicos ao longo dos últimos anos, as suas

qualificações académicas e a disponibilidade manifestada para prosseguirem no exercício das suas funções no âmbito da Câmara Municipal; -----
----- Entende que a Câmara Municipal terá todo o interesse em considerar e resolver os vínculos funcionais precários existentes, em cada especificidade e no seu conjunto, no sentido de que os trabalhadores que ainda funcionam em situações de precariedade laboral venham a ser integrados de forma racional e positiva no quadro da Câmara Municipal de Lisboa.” -----

----- **Recomendação** -----

----- “Na Câmara Municipal de Lisboa continua a sua política de despedimentos. Desta vez foi na Divisão de Apoio Juvenil, em que 9 jovens trabalhadores, ou seja, 60% dos seus efectivos foram despedidos! -----

----- Muitos destes trabalhavam na DAJ há mais de três anos e em conjunto com os outros 6 trabalhadores, do quadro da Câmara organizavam iniciativas como as Semanas da Juventude, a Maratona Fotográfica, o Festival de Teatro Jovem, o Tócabrir, a Cena d'Arte, elaboravam propostas de apoio às associações juvenis, organizavam e mantinham em funcionamento dois centros de informação juvenil no Campo Grande e nas Amoreiras e mantinham uma relação estreita com as Juntas de Freguesia de forma a apoiar as suas iniciativas. -----

----- Estes são alguns exemplos da competência e qualidade do trabalho que realizavam, e que foi considerado pela actual Vereadora, a Dra. Ana Sofia Bettencourt, pois renovou-lhes no fim do ano, em Dezembro de 2002, os contratos de prestação de serviços e as avenças. No entanto, para espanto dos trabalhadores e nosso, no dia 30 de Janeiro estes recebem uma carta de despedimento. Assim, estes jovens trabalhadores com habilitações académicas superiores, alguns já com agregados familiares constituídos e encargos foram despedidos sem justificação, e a meio de uma dinâmica de trabalho, pois já se preparava a Semana da Juventude e já existiam uma série de grupos de trabalho para a realização de outras iniciativas. -----

----- Este despedimento injustificável, que diminui em 60% os recursos humanos da DAJ, coloca algumas preocupações quanto ao cumprimento do Plano de Actividades, nomeadamente na concretização das iniciativas agendadas. E suscita dúvidas quanto à forma como a Sra. Vereadora pretende resolver o pequeno número de trabalhadores que actualmente existem no Pelouro da Juventude. -----

----- Estamos solidários com os jovens trabalhadores da Divisão de Apoio Juvenil e repudiamos esta política de despedimentos sem qualquer justificação. -----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa reunida no dia 29 de Abril recomenda à Câmara Municipal de Lisboa que: -----

----- - Reavalie o despedimento dos nove jovens que trabalhavam na Divisão de Apoio Juvenil, considerando que estes além das suas habilitações académicas, adquiriram experiência de trabalho e sempre demonstraram disponibilidade e interesse a exercer as suas funções no Pelouro da Juventude.” -----

----- (Apresentada pelo PCP na reunião da Assembleia realizada no dia 29 de Abril de 2003) -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Educação, Juventude e Desporto, leu o documento que a seguir se transcreve: -----

----- “No passado dia 8 de Maio tomei posse como Presidente da Comissão de Educação, Juventude e Desporto desta Assembleia Municipal, substituindo no cargo o nosso actual Presidente desta Assembleia Municipal. -----

----- Antes de apresentar o Relatório elaborado pela Comissão, não posso deixar de fazer uma referência ao trabalho desenvolvido pelo Sr. Deputado Municipal Modesto Navarro enquanto Presidente da Comissão de Educação, Juventude e Desporto. Foi um verdadeiro Presidente que sempre tentou procurar os consensos e promover o debate e a troca de ideias. Muito do trabalho desenvolvido por esta Comissão ficou a dever-se ao seu dinamismo e ao seu empenho no exercício do seu cargo. Só espero estar à sua altura. -----

----- Quanto ao Relatório, a Comissão de Educação, Juventude e Desporto desta Assembleia Municipal recebeu no dia 11 de Fevereiro alguns dos jovens abrangidos pela cessação de funções, uma decisão da Senhora Vereadora Ana Sofia Bettencourt. No dia 21 de Fevereiro essa mesma comissão recebeu a Senhora Vereadora. Quisemos ouvir ambas as partes e tentar perceber quais as razões que levaram à tomada da decisão de despedir 60% da Divisão de Apoio Juvenil. -----

----- Após estas duas reuniões a comissão elaborou o relatório agora em discussão e deliberou: -----

----- Manifestar a sua preocupação pelo facto de a rescisão dos vínculos funcionais dos nove técnicos ter ocorrido 28 dias depois de os contratos terem sido automaticamente renovados por um ano, defraudando legítimas expectativas e o direito ao trabalho e reduzindo em 60% os recursos humanos ao dispor da Divisão de Apoio Juvenil, o que poderá vir a reflectir-se na execução de projectos de trabalho no corrente ano; -----

----- Sugerir que a Câmara Municipal de Lisboa pondere a necessidade de reavaliação do processo de cessação dos nove vínculos funcionais, considerando sobretudo as experiências adquiridas pelos técnicos ao longo dos últimos anos, as suas qualificações académicas e a disponibilidade manifestada para prosseguirem no exercício das suas funções no âmbito da Câmara Municipal; -----

----- Entende a Comissão que a Câmara Municipal terá todo o interesse em considerar e resolver os vínculos funcionais precários existentes, em cada especificidade e no seu conjunto, no sentido de que os trabalhadores que ainda funcionam em situações de precariedade laboral venham a ser integrados de forma racional e positiva no quadro da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Este Relatório foi aprovado, por unanimidade, na Comissão.” -----

----- **A Senhora Vereadora Ana Sofia Bettencourt**, no uso da palavra, começou por dizer que se congratulava com a forma como o Relatório tinha sido elaborado, porque, na verdade, depois de tudo que tinha sido dito sobre a matéria as suas conclusões falavam por si. -----

----- De facto, as explicações que deu na Comissão foram suficientes para explicitar

qual era o entendimento da Câmara relativamente à prestação de serviços pelos técnicos da Divisão de Apoio Juvenil, e tomara também em devida nota as considerações que foram feitas na altura pela Comissão. Tanto mais que a Câmara reforçara o quadro de pessoal da Divisão em 73% com pessoal do quadro, já que antigamente a Divisão de Apoio Juvenil tinha 60% da sua parte produtiva em contratos de regime de tarefa ou avença, portanto nesta altura só 27% estavam em regime de tarefa ou avença, sendo certo que, conforme sugerido pela Comissão, todos os técnicos que lá estavam foram reavaliados pela nova chefia da Divisão, e um dos que tinha visto o seu contrato rescindido, porque era extremamente empenhado e uma mais valia para a Divisão, a sua situação foi reconsiderada encontrando-se neste momento em funções na Divisão. -----

----- Concluiu repetindo que neste momento 73% dos funcionários da Divisão de Apoio Juvenil eram do quadro da Câmara, e contratados em regime de tarefa ou avença eram apenas 27%, sendo certo que isso equivalia a um crescimento de 33% a nível de funcionários do quadro do Município de Lisboa. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)**, no uso da palavra, disse que em nome do PCP pretendia salientar alguns aspectos da recomendação que apresentaram e que a Assembleia já conhecia, onde efectivamente se referia que foram 9 jovens despedidos da Divisão de Apoio Juvenil da Câmara Municipal de Lisboa, que correspondiam a 60% dos efectivos. Esses jovens tinham trabalho realizado, de que destacava as Semanas da Juventude, o Festival de Teatro Jovem e os centros de informação juvenil a funcionar no Campo Grande e nas Amoreiras. Aliás, o mérito do seu trabalho tinha sido reconhecido pela Sra. Vereadora quando lhes renovara o contrato em Dezembro de 2002. -----

----- Disse, depois, que apesar do esclarecimento acabado de prestar pela Vereadora Ana Sofia Bettencourt, desejavam saber qual era exactamente o vínculo contratual dos jovens que agora foram admitidos, porque tendo percebido que havia um aumento do número de quadros, não percebera qual era o vínculo contratual com que ficavam. -----

----- Por outro lado, sabiam, pelos jornais nomeadamente, que os jovens que agora ingressaram na Divisão de Apoio Juvenil eram conhecidos dirigentes juvenis do PSD, pelo que lhes parecia que estaria a haver uma excessiva partidarização de um organismo juvenil, o que, no mínimo, lhes parecia pouco ético. -----

----- Portanto, era nesse sentido que, conforme estava na recomendação, propunham que se procedesse à reavaliação dos despedimentos. -----

----- **O Deputado Municipal João Pinheiro (PS)**, no uso da palavra, disse que aproveitando a disponibilidade da Sra. Vereadora Ana Sofia Bettencourt para prestar esclarecimentos nesta reunião, e para de certa forma debater com a Assembleia o conteúdo do Relatório, desejava colocar duas questões, a primeira das quais relacionada com o futuro das pessoas cujos contratos foram rescindidos. -----

----- Tanto quanto lhes havia sido transmitido pelos próprios, eram pessoas detentoras de qualificações académicas que lhes conferiam alguma idoneidade e alguma potencialidade para prestarem um serviço ao Município, serviço que vinham prestando ao longo dos últimos anos, e na execução do qual foram desenvolvendo um

relacionamento e um conhecimento dos problemas da Autarquia que lhes permitia abalançarem-se para outro tipo de tarefas para além daquelas que vinham sendo desenvolvidas. Ou seja, ficavam sem saber se essas pessoas, se esse tempo, se esse capital de experiência iria ser aproveitado, ou se pura e simplesmente deixariam de ter qualquer vínculo ao Município de Lisboa. -----

----- Uma segunda questão, que preocupava os membros da Comissão, dizia respeito às garantias do cumprimento do Plano de Actividades. Ou seja, se as vicissitudes resultantes da dispensa de pessoas, admissão de novas outras ou a mobilização de mecanismos internos para colocar ao serviço da Divisão de Apoio Juvenil pessoas já contratadas na Câmara, não prejudicariam a execução do Plano de Actividade para 2003, ou se se mantinham as perspectivas de cumprimento daqueles projectos que estavam programados e que consideravam importantes para a cidade. -----

----- **O Senhor Presidente** lembrou que tinham um Relatório para discutir e votar, e havia também uma recomendação apresentada pelo PCP que igualmente teria que ser votada. -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves (CDS/PP)**, no uso da palavra, depois de se congratular por a Sra. Vereadora Ana Sofia Bettencourt ter anunciado novidades na sua intervenção em relação à Divisão de Apoio Juvenil, disse que o Relatório, ora em discussão, tem estado em polémica com campanhas alimentadas nos jornais e moções apresentadas na Assembleia, que depois eram retiradas mas entretanto serviam para lançar insinuações e atacar a Câmara. -----

----- Depois, leu o documento que a seguir se transcreve: -----

----- “Não houve, ao contrário do que tem sido veiculado por alguns, despedimentos sem justificação. -----

----- Em primeiro lugar, não podemos falar de despedimentos quando estamos perante uma rescisão de contratos de prestação de serviços. -----

----- Em segundo lugar, esta rescisão foi explicada pela Câmara quando afirmou que não havia uma resposta da DAJ às orientações políticas da Câmara no sentido do cumprimento do programa eleitoral sufragado pelo povo de Lisboa. -----

----- Esta situação que hoje discutimos não deixa ninguém satisfeito, mas se a Câmara tomou esta atitude foi com o propósito de salvaguardar o cumprimento do seu programa eleitoral. E sejamos claros, se no final do mandato as promessas não tiverem sido cumpridas, é à Vereação e não aos técnicos ou à chefe de Divisão que se vai pedir contas. E portanto a Câmara tem toda a legitimidade para tomar as medidas tidas por convenientes para executar o seu programa, sempre, mas sempre no respeito pela lei, como é o caso presente. -----

----- Importa aqui dizer também que toda esta situação tem tido um claro aproveitamento político/partidário, que não pode deixar de ser condenado neste debate, por parte daqueles que menos legitimidade ou moral têm para o fazer. Refiro-me ao Partido Comunista Português. -----

----- O PCP é pródigo em discursos e moções pelo trabalho com direitos e contra o trabalho precário e o novo pacote laboral. Mas foi o PCP que: -----

----- 1. Pôs um dos técnicos a recibos verdes quando este terminou o seu contrato de trabalho a termo certo. Porque é que não o integraram nos quadros da Câmara? -----

----- 2. A DAJ estava sob tutela do PCP na anterior gestão, e repare-se nestes factos: dos 9 contratados, 4 entraram antes de Setembro de 2000. No dia 5 de Setembro de 2000, nesta Assembleia, o PCP, pela voz da Deputada Municipal Susana Silvestre, diz o seguinte: -----

----- ‘Em nome dos eleitos comunistas neste Município posso garantir que estaremos sempre aos lados dos trabalhadores na defesa dos seus interesses, lutando por emprego com direitos e contra o trabalho precário’. -----

----- Depois deste discurso, em 2001, entram mais 5 jovens com contratos de prestação de serviços na DAJ, tutelada pelo Vereador do Partido Comunista Português. E agora cito a carta dos técnicos: ‘A verdade é que todos sabemos que estes contratos de prestação de serviços servem de subterfúgio para a existência de verdadeiros contratos de trabalho’. -----

----- Estamos portanto todos esclarecidos sobre a prática, em matéria de recursos humanos, do Partido Comunista que, curiosamente, é quem mais discursos aqui faz em defesa dos trabalhadores. Um pouco de coerência neste domínio não lhes ficava nada mal. -----

----- Esta é a herança da anterior gestão comunista na DAJ: 15 técnicos, dos quais 9 com contratos de prestação de serviços, isto é, 60%. -----

----- Este novo Executivo na nova estrutura da DAJ apresenta, dos nove elementos que entraram – que foi um reforço de 33%, convém lembrar – 5 são do quadro da Câmara, que se juntam aos 6 que já lá estavam, e dos 4 que se mantinham com contratos um era dos que já lá estava e, portanto, foi readmitido. -----

----- Portanto, gostaria de saudar a Câmara por ter corrigido esta situação de vínculos de trabalho na DAJ.” -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Soares (BE)**, no uso da palavra, depois de referir que o Bloco de Esquerda se congratulava com o trabalho realizado pela Comissão de Educação, Juventude e Desporto, disse que lhes parecia que a intervenção da Sra. Vereadora Ana Sofia Bettencourt não respondera às questões essenciais que estavam colocadas no Relatório. -----

----- No entanto, não queria deixar de, em primeiro lugar, solicitar a compreensão do Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves de que não se deveria, com os erros ou eventuais omissões dos outros, justificar os seus próprios erros ou as suas próprias omissões, porquanto erros ou omissões eram sempre de evitar fosse em mandatos anteriores, neste mandato ou em mandatos futuros. Portanto, o facto de, eventualmente, ter havido procedimentos menos correctos em mandatos anteriores, não poderia justificar a permanência desses procedimentos neste mandato. -----

----- Aliás, como tiveram oportunidade de referir na própria Comissão, pensavam que uma certa prática existente na Câmara Municipal de Lisboa, e não só, de precarização do emprego deveria ser tendencialmente eliminada. De resto, o Bloco de Esquerda, no seu programa eleitoral, defendeu que a Câmara deveria ser uma entidade muito rigorosa na fiscalização dos contratos de trabalho dos prestadores de serviços. Não

devia contemporizar de modo algum com qualquer atitude que pusesse em causa a legislação laboral, os direitos dos trabalhadores, os direitos dos emigrantes, antes deveria ser muito rigorosa no controlo e na fiscalização das prestações de serviços. ----

----- E para que pudesse ser conseqüente com essa prática, que o Bloco de Esquerda defendia, a Câmara deveria começar pela sua própria casa. -----

----- Nesse sentido, seria bom que a Sra. Vereadora esclarecesse, se possível, porque é que tendo dado como incumbência a esse conjunto de técnicos, através da Chefe da Divisão de Apoio Juvenil, a elaboração de um programa de acordo com o programa eleitoral do PSD, durante todo o resto do ano não foi feito qualquer controlo dessa tarefa. -----

----- Por outro lado, também não foi dito pela Sra. Vereadora a razão pela qual durante todo esse período, independentemente desse conjunto de técnicos, não foi realizado qualquer projecto de juventude digno de Lisboa e das pretensões da juventude da cidade. Aliás, não foi também esclarecido qual seria o perfil adequado à realização das funções exigidas aos técnicos, que motivara o despedimento desses trabalhadores. Afinal, que outro perfil seria necessário para os técnicos levarem a cabo os projectos para a juventude? -----

----- Igualmente não foi esclarecido pela Sra. Vereadora qual o envolvimento e a responsabilização das chefias intermédias nessa situação, como também não foi indicado pela Sra. Vereadora quais os critérios a utilizar para a selecção e recrutamento de novos recursos humanos para essa Divisão. -----

----- Disse, ainda, que sem ficarem esclarecidos sobre essas matérias podiam retirar outras conclusões que não gostariam de retirar *a priori*, mas, de facto, as notícias vindas a público de alguma partidarização da ocupação de alguns lugares, não podia deixar de os preocupar. Queriam que a Câmara ficasse isenta desse estigma e, portanto, seria bom que a Sra. Vereadora os esclarecesse sobre todas essas questões.---

----- **O Deputado Municipal José Luís Ferreira (PEV)**, no uso da palavra, disse que apenas desejava fazer duas perguntas, a primeira das quais para saber, porque não foi esclarecido na Comissão, o envolvimento ou o conhecimento das chefias intermédias, isto é, se deram opinião ou se foram ouvidas, no fundo qual o papel que tiveram na decisão que levava à rescisão dos trabalhadores em causa. -----

----- A segunda pergunta era para saber o que esteve na origem da decisão, tendo presente o que tinha vindo na imprensa no sentido de que as pessoas que agora iam substituir os trabalhadores técnicos que estavam a desempenhar funções na Divisão de Apoio Juvenil, alguns deles terem alguma ligação à JSD. Pelos vistos não tinham perfil para as funções exigíveis, por conseguinte foram dispensados. -----

----- Portanto, desejava que fosse dito, preto no branco, o que esteve na origem da decisão que levava à substituição dos técnicos. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)**, no uso da palavra, disse que esta matéria era delicada uma vez que tratava de pessoas, e por isso merecia uma redobrada atenção. Portanto algum aproveitamento que tem sido menos linear seria de evitar. Isto fazia-lhe lembrar algumas questões que foram colocadas no mandato anterior, também em termos pessoais, que eram sempre mais delicadas de apreciar. ---

----- Mas, partindo dessa ressalva, quando viam que matérias tão importantes mereciam comissões eventuais, quase se atrevia a dizer que esta matéria merecia também uma comissão eventual pela dimensão que quiseram dar à problemática. -----

----- No entanto, queria essencialmente considerar nesta primeira fase da questão, que pelo que tinha vindo a notar nas intervenções e pela leitura do Relatório, em função da intervenção da Sra. Vereadora que referira que ainda teria alguns pontos complementares, aliás como ela própria referira ainda ia fazer uma segunda intervenção, que parte do Relatório estaria relativamente prejudicado face ao que foi dito. Isto é, congratular por uma reapreciação que foi feita pela Vereação sobre a matéria, que readmitira uma das pessoas a quem não teria sido renovado o respectivo contrato, e depois a utilização de mecanismos de mobilidade interna recorrendo ao quadro permanente da Câmara para ocupação de algumas das vagas resultantes da não renovação desses mesmos contratos, o que, naturalmente, implicava uma redução de custos. -----

----- Portanto, parte do ponto 2 estaria relativamente acolhido e parte do ponto 1, na parte deliberativa, também teria sido alvo de uma reponderação, pelo que, como referira, e bem, o Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves, era preciso dar ali algum desconto a alguma margem muito ampla de campanha política sobre a matéria, portanto esquecendo algumas responsabilidades que vinham do passado e tentando endossar agora para o presente essas mesmas responsabilidades. -----

----- Naturalmente não iriam invocar agora esse problema, como referira o Deputado Municipal Pedro Soares, admitia que não seria de acolher essa matéria, mas era preciso reconhecer a justiça de alguma inversão de comportamento, em primeiro lugar em termos de uma reapreciação e, em segundo lugar, a utilização de meios humanos afectos à Câmara a título permanente para reocuparem parte dessas funções. -----

----- **O Senhor Presidente** informou que o Relatório, na página quatro, sofrera entretanto o seguinte reajustamento: -----

----- Ponto XIII, página 4, onde se referia: “... não tendo assegurado, sequer, a abertura do espaço que estava destinado à Câmara Municipal ...” passava a referir-se: “... não tendo assegurado, de forma adequada, o funcionamento do espaço que estava destinado à Câmara Municipal ...”. -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, no uso da palavra leu o seguinte documento:-----

----- “A discussão deste ponto 3 da nossa Ordem de Trabalhos infelizmente já não é uma novidade. Esta questão foi apresentada nesta Assembleia pela primeira vez pela voz de um dos jovens que foram dispensados. -----

----- Algumas das razões apresentadas pela Sra. Vereadora estão registadas no Relatório elaborado pela Comissão de Educação, Juventude e Desporto. -----

----- No dia em que tive conhecimento da decisão da Sra. Vereadora, tive a oportunidade de lhe enviar um fax manifestando a minha total discordância e denunciando a forma como todo o processo decorreu. Na altura, estávamos no final de Janeiro, inícios de Fevereiro, apenas questioneei a forma pouco ética, pouco humana e deselegante com que a Sra. Vereadora liderou este processo. -----

----- Este Executivo anunciou uma mega-reunião com os trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa, uma reunião em jeito de comício que reuniu cerca de 4.000 pessoas. Isso é que foi coragem! Mas não houve coragem para reunir com apenas 9 jovens e olhos nos olhos apresentar-lhes as razões que levaram ao seu despedimento. Infelizmente este não é caso único na Câmara Municipal de Lisboa. Basta recordar o que também foi feito no Departamento de Desporto. -----

----- Os jovens estavam no seu local de trabalho e receberam em casa uma carta registada anunciando que o seu contrato iria ser denunciado. -----

----- Estamos a falar de contratos que envolvem pessoas. Podemos juridicamente chamar-lhes meros prestadores de serviços, como a Sra. Vereadora repetidamente teve ocasião de referir, mas são homens e mulheres que muito deram a esta cidade e a esta Câmara Municipal. Estamos a falar da vida de 9 jovens, não estamos a falar de um contrato de manutenção de 9 fotocopiadoras ou no aluguer de longa duração de 9 automóveis! -----

----- Passado todo este tempo, tenho agora legitimidade para não apenas questionar o processo, mas para questionar aquilo que está por detrás de todo o processo. Afinal, as nossas suspeitas tinham fundamento. -----

----- A Comissão de Educação, Juventude e Desporto questionou a Sra. Vereadora sobre qual era o perfil que achava adequado para o exercício das funções em causa, já que o argumento da inexistência de perfil por parte dos técnicos para executar as orientações políticas da Câmara na área da Juventude foi um dos mais utilizados pela Sra. Vereadora. -----

----- A Sra. Vereadora considerou que a definição do perfil dos recursos humanos da Divisão de Apoio Juvenil é competência do Executivo municipal e que como tal este assunto não diz respeito a esta Assembleia Municipal. -----

----- Mas, Sra. Vereadora, esta Assembleia Municipal é o órgão fiscalizador do trabalho da Câmara, quer este Executivo queira, quer não. E como órgão fiscalizador tem o direito de saber e de solicitar os seguintes esclarecimentos: -----

----- Estes 9 jovens já foram substituídos? Um já sei que foi “recuperado”, segundo palavras de um membro do seu Gabinete. Até parece que estamos a falar da Operação Triunfo e que por momentos confundi a Sra. Vereadora com a Catarina Furtado. -----

----- E foram substituídos por quantas pessoas? -----

----- Recorreram aos quadros da Câmara ou voltaram a utilizar o sistema dos prestadores de serviço? -----

----- É verdade ou mentira aquilo que vem denunciado nos jornais sobre todo este processo? -----

----- Quanto estão a ganhar actualmente os substitutos destes 9 jovens dispensados? O mesmo? -----

----- Qual o custo financeiro desta decisão da Sra. Vereadora para a Câmara? -----

----- Sra. Vereadora, os jornais falam em vários nomes: Rui Mota, presidente da secção F da distrital de Lisboa da JSD; Tiago Lopes, presidente da secção oriental da distrital de Lisboa da JSD; Ricardo Girão, presidente da secção da Amadora da distrital de Lisboa da JSD; Nuno Frazão, ex-presidente da secção de Cascais da

distrital de Lisboa da JSD (este sei que é ex-presidente porque mais uma vez um elemento do seu Gabinete justificou-se dizendo não serem 4 presidentes de secção, mas que agora eram apenas 3). A juntar a estes 4 nomes os jornais avançam ainda com Luís Lopes, que é irmão de Tiago Lopes, e Leonor Cruz irmã de outro assessor da Sra. Vereadora. -----

----- Pergunto-lhe, Sra. Vereadora: estes 6 jovens são os que estão a substituir os 8 dispensados? Não é coincidência a mais tanto presidente de secção da JSD por metro quadrado na Divisão de Apoio Juvenil? É este o perfil adequado? Ser militante ou não da JSD? -----

----- É importante e fundamental que a Sra. Vereadora esclareça esta Assembleia sobre este assunto e que tenha aqui a coragem de apresentar as suas razões e a sua opinião. Também era importante saber, Sr. Presidente da Câmara, qual a sua posição sobre este assunto. Concorda com este processo? -----

----- O Relatório agora apresentado e aprovado, por unanimidade, por todas as forças políticas, apresenta algumas recomendações que espero que tenham algum eco junto do Executivo da Câmara. -----

----- Quanto à referência que foi feita ao antigo Vereador do PCP, quero aqui dizer que estive presente na sessão pública da Câmara em que este assunto foi discutido, e o Sr. Vereador António Abreu teve na altura a coragem de dizer que reconhecia que parte do problema tinha sido do seu tempo, mas que quando iniciara os trabalhos como Vereador não despediu ninguém. Não vamos aqui confundir as coisas! Não foi o Sr. Vereador António Abreu que despediu os jovens, foi a Sra. Vereadora Ana Sofia Bettencourt. -----

----- Por último, quero aqui deixar o meu reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pelos 9 jovens: Pedro Vieira, Jorge Sousa, Pedro Magina, Maria João Branco, Marta Martins, Isaura Lobo, Sónia Tavares, Tiago Caeiro, Alexandre Maurício. No mínimo fica a dúvida no ar, o seu erro e a razão pela qual foram dispensados foi por não terem sido presidentes ou militantes da JSD.” -----

----- **O Deputado Municipal Martinho Baptista (PCP)**, no uso da palavra, disse que era preciso dizer à Sra. Vereadora que até hoje não conheciam qualquer outro tipo de projecto da Câmara para a área da juventude. Nunca ali foram apresentadas outras propostas que pudessem, do ponto de vista estratégico e do ponto de vista da alteração profunda da intervenção municipal nessa área, fazer alguma transformação positiva e que trouxesse algumas novas ideias. -----

----- Não conheciam isso, mas conheciam alguns projectos da área da juventude que até hoje sempre ligaram de facto a juventude, com milhares e milhares de jovens a participarem. Isso não foi posto em causa por ninguém e não foram trazidas ali propostas concretas. -----

----- Quanto à criação de uma Comissão Eventual para tratar desta matéria, disse que tinham uma Comissão Permanente que era preciso dignificar. Uma Comissão Eventual para tratar deste caso porquê? Para chegar a conclusões mais profundas? Se calhar poderiam ir mais profundamente a essas questões, simplesmente chegariam à conclusão de que se tratava de saneamentos políticos para a admissão de novos *jobs*

ford the boys que seriam, como foi ali provado, dirigentes da JSD. Isso era a partidarização da actividade municipal, e estavam contra isso porque era eticamente reprovável. -----

----- Por outro lado, as explicações dadas pela Sra. Vereadora também não esclareciam os vínculos daqueles que entraram agora, ou mesmo também se entraram sem concurso porque era um facto que aqueles que entraram agora de certeza absoluta ainda não tiveram concursos para ficarem com vínculo no quadro da Câmara. -----

----- Disse, ainda, que, com vínculos precários ou não, quem despediu esses nove trabalhadores e os lançou no desemprego, foi a actual Vereação, foi a Sra. Vereadora que os despediu. Por isso, esta correcção foi a correcção mais incorrecta que poderia ter acontecido. -----

----- Por último, porque foi posta em causa a honra e também para esclarecimento da Assembleia, pediu ao Sr. Presidente que desse a palavra ao Sr. Vereador António Abreu, que teve esse Pelouro durante os últimos mandatos, para que pudesse responder a questões que ali foram colocadas por outros Deputados Municipais. -----

----- **O Senhor Presidente** respondeu dizendo que o Senhor Vereador, se quisesse, tinha direito a usar a figura regimental de defesa da honra ou para intervir, desde que o solicitasse. -----

----- **O Senhor Vereador António Abreu**, no uso da palavra, disse que já teve oportunidade de se pronunciar publicamente sobre esta questão, nos termos em que entendera dever fazê-lo, e que eram os mesmos que faria nos dias de hoje. -----

----- Sabia que era difícil para o PSD imaginar que numa Câmara Municipal alguém pudesse trabalhar com os trabalhadores dessa Câmara sem ser numa base de confiança estritamente partidária. Mas, pessoalmente, fizera-o durante oito anos. -----

----- A um aparte respondeu que sabia que era difícil para os Deputados Municipais do PSD imaginarem que se trabalhasse com pessoas numa Câmara Municipal sem lhes pedir o cartão do partido, mas fizera-o durante oito anos e os jovens que entraram para a Divisão de Apoio Juvenil, parte dos quais estavam presentes, outros que entraram e saíram nesse regime, outros que entraram e tiveram concursos que permitiram a entrada no quadro, tinham sido recrutados exclusivamente na base da capacidade resultante do conhecimento das iniciativas em que participavam, sendo que praticamente não conhecia pessoalmente nenhum deles, mas fizera confiança naquilo que as chefias directas, aqueles que estavam em contacto directo no terreno com essas pessoas, o informavam no sentido de poder aceitar uma forma precária de contratação, até que, através do regime de concursos, essa questão pudesse ser resolvida. -----

----- Fizera-o nesses termos, isso era conhecido, nenhuma associação juvenil da cidade, durante oito anos, apresentara qualquer protesto no sentido de que alguma das suas solicitações tivesse sido menos bem tratada por esses jovens, a quem nunca pedira, nem pedia hoje, que lhe mostrassem qual era o seu cartão partidário, porque essa era a sua forma de estar na política. -----

----- Terminou dizendo que eram óbvias as razões porque esses jovens foram despedidos, e dizia despedidos porque a cessação de formas de contrato de trabalho

temporário, digamos que não a integração de facto no quadro, quando se davam nas circunstâncias em que se deram, eram efectivos despedimentos. E mais, despedimentos de natureza política. Essa era a interpretação que deu e que continuaria a dar porque não tinha ficado provado em circunstância alguma que a sua não continuidade de trabalho resultasse da ausência de necessidades permanentes de serviço relativamente às áreas de trabalho em que estavam inseridos. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)**, no uso da palavra para defesa da honra, disse que desejava repudiar as afirmações feitas no sentido de que a Câmara andara a averiguar 10.000 funcionários para saber se tinham cartão de militantes do PSD, porque, no fundo, foi isso que passou nas entrelinhas. Daí o repúdio frontal à intervenção acabada de produzir. -----

----- **O Deputado Municipal António Prôa (PSD)**, no uso da palavra, depois de felicitar a nova Vice-Presidente da Câmara e de lhe desejar o maior sucesso no desempenho dessas novas responsabilidades que assumira recentemente, disse que desejava tecer algumas considerações em relação ao assunto que estavam a discutir, para referir que lhe parecia que estavam ali todos a lavrar nalgum entendimento errado, pelo menos do seu ponto de vista, quanto ao que eram as competências da Assembleia Municipal. -----

----- De facto, estiveram, estavam e pelos vistos estariam ainda mais algum tempo a discutir a política da Câmara relativamente à gestão de recursos humanos, e essa atribuição era, claramente, uma atribuição da Câmara e não da Assembleia Municipal. O que deveria preocupar a Assembleia Municipal, enquanto órgão fiscalizador da Câmara, era, em primeiro lugar, a regularidade ou não da actuação da Câmara, o que ninguém pusera em causa até agora, e, em segundo lugar, saber se a gestão que a Câmara fazia das diversas políticas que conduzia eram úteis para a cidade, e neste caso em particular úteis para os jovens da Cidade de Lisboa. Era isso que deveria estar em análise, e ainda não se perdera um minuto sobre isso. -----

----- Pessoalmente desejava mais ouvir aqueles que criticavam a atitude da Câmara a falar sobre o desempenho da Câmara em matéria de acções dirigidas à juventude, como também gostaria mais de ouvir a Sra. Vereadora responder a eventuais críticas nessa matéria, mas ainda nada se ouviu sobre isso! -----

----- No entanto, entendia que havia ali duas ilações que se deveriam tirar, apesar do excesso de intervenção, do seu ponto de vista, sobre a condução dos alegados despedimentos. -----

----- Tinha ficado provado que o PCP, que durante longos anos dirigira o Pelouro da Juventude na Câmara Municipal, e que sendo como todos conheciam contra a situação da precarização do trabalho, neste caso tratando-se ainda por cima de trabalhadores jovens que no início das suas vidas mereciam com certeza outra estabilidade, ao contrário do que preconizava, a atitude tomada pelo PCP, confirmada pelos próprios jovens que cessaram os seus contratos de trabalho com a Câmara, foi a de manter essa situação precária durante longos anos, mais concretamente durante seis anos da gestão comunista do Pelouro da Juventude. -----

----- Portanto, era preciso que ficasse claro que a Câmara Municipal, dirigida pelo PCP, promovera a precarização das relações de trabalho. -----

----- Agora, decorrido esse tempo, pela informação dada pela Sra. Vereadora, chegaram à conclusão que quem tomara nas suas mãos o papel de contrariar essa tendência foi precisamente o PSD, agora à frente do Pelouro da Juventude na Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Por isso, saudava a Câmara e particularmente a Sra. Vereadora por ter tomado a atitude de diminuir os vínculos precários na Câmara Municipal, fazendo votos, naturalmente, que esse caminho continuasse para que os trabalhadores pudessem ter relações estáveis com a Câmara e assim, seguramente, contribuíssem com maior eficácia para o desempenho da gestão das políticas de juventude do Município de Lisboa. -----

----- Aludindo à situação dos trabalhadores que cessaram os seus contratos, disse que naturalmente os compreendiam, não era agradável para ninguém ver a sua situação de trabalho interrompida quando, legitimamente, alguns tinham feito perspectivas de mais algum tempo à frente da Câmara. -----

----- Com toda a franqueza e frontalidade dizia que teria sido preferível que os contratos que foram renovados o não tivessem sido e com isso não se tivessem criado essa expectativa de um ano que foi interrompida. Aí a atitude poderia ter sido outra! No entanto, o que estava na base da questão não era isso mas sim a legitimidade da Câmara gerir os recursos humanos à sua disposição. Era disso que se estava a tratar, e a isso era a Câmara que tinha que responder, porque a Assembleia apenas teria que se preocupar com o resultado prático dessa gestão. -----

----- Referindo-se à intervenção do Sr. Vereador António Abreu, disse que, com toda a consideração e estima pessoal que tinha por ele, desejava dizer-lhe claramente algo que teve já oportunidade de referir, por diversas vezes, noutros fóruns, designadamente na Câmara e na Assembleia Municipal em mandatos anteriores. Que não ficasse ali a imagem de que era o PSD agora que estava a partidarizar as políticas de juventude, porque realmente não era verdade. O que era verdade, isso sim, foi que na gestão comunista, no passado, a vertente ideológica, nomeadamente do PCP, estava fortemente vincada nas actividades que o Pelouro da Juventude desenvolvia, nomeadamente em textos que eram divulgados massivamente aos jovens da cidade, onde as opções ideológicas e a tentativa de transmissões ideológicas eram permanentes! -----

----- Aliás, não podiam esquecer que o Conselho Municipal da Juventude tinha sido extinto por iniciativa do Sr. Vereador António Abreu, durante a gestão comunista do Pelouro da Juventude. Tratava-se de um órgão que a partir de determinada altura deixara de ser conveniente à gestão comunista dos assuntos da juventude na Cidade de Lisboa, e o Sr. Vereador António Abreu entendera acabar com esse órgão, que era um fórum onde os jovens podiam debater e contribuir para as políticas da cidade. -----

----- Portanto, era preciso que ficasse bem claro que não se podia agora apagar o passado, apagar o papel lamentável que a esse nível o PCP teve, para minorizar a

actual gestão camarária que, ainda por cima, estava no início, mas sobre a qual teriam oportunidade certamente para julgar a sua actividade. -----

----- **O Deputado Municipal Martinho Baptista (PCP)**, novamente no uso da palavra, disse que queria referir o facto apontado pelo orador anterior de que a Câmara já tinha uma nova Vice-Presidente. Também já sabiam disso pela comunicação social, mas queria registar que não foi pela via normal que souberam dessa questão. -----

----- A um aparte respondeu que a via normal seria o Sr. Presidente da Câmara informar a Assembleia Municipal. -----

----- Quanto ao uso da palavra por qualquer Vereador da oposição na Assembleia, disse que, como todos sabiam porque resultava da lei, tinha que ser solicitado pela Assembleia, e foi exactamente isso que foi feito. Este, disse, era um esclarecimento em relação à questão colocada pelo Deputado Municipal Pedro Portugal. -----

----- Sobre a precarização, disse que o PSD prevenia agora essa situação a despedir, ou seja, colocando mais gente no desemprego. Aliás, essa era também a sua política no Governo, já que o desemprego estava a aumentar a olhos vistos como todos sabiam. Portanto, o PSD não estava a combater a precarização mas sim a lançar no desemprego milhares de trabalhadores todos os dias, com a sua política económica e social. Essa é que era a verdade! -----

----- E, neste caso concreto, que não viessem chorar lágrimas de crocodilo porque quem despedira, de facto, não foi a anterior gestão mas sim a actual Câmara, do PSD. -

----- Rematou pedindo que pusessem a mão na consciência em relação a esta questão. -

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, em interpelação à Mesa, disse que assistira agora a um acto que não pensava assistir na Assembleia, apesar dos muitos anos que ali estava, pelo que interpelava a Mesa no sentido de saber se a Assembleia Municipal foi formalmente informada de que a Câmara Municipal e o Sr. Presidente da Câmara decidiram designar o Vice-Presidente da Câmara de acordo com a lei, ou se teria sido um lapso da Mesa não informar os Deputados Municipais, porquanto era um direito que lhes assistia, do ponto de vista democrático e do ponto de vista das relações cordiais e frontais que tinham com a Câmara Municipal e o Sr. Presidente da Câmara. -----

----- Sobretudo não entendera uma frase que foi dita, e esperava ter ouvido mal, mas como entendia que deveriam prezar essas relações claras, olhos nos olhos como o Sr. Presidente da Câmara dizia e era assim que tinham sempre tratado, queria perguntar se, de facto, a Assembleia foi informada formalmente da designação do Sr. Vice-Presidente, que, aliás, de acordo com a lei quando o Sr. Presidente da Câmara não estivesse presente era quem o representava no Plenário da Assembleia Municipal. -----

----- **O Senhor Presidente** respondeu que também tomara conhecimento pelos jornais da nomeação da Sra. Vereadora Teresa Maury como Vice-Presidente da Câmara Municipal, mas, formalmente, a Assembleia ainda não tinha sido informada pela Câmara. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, disse que em breve estariam em condições de escrever um novo livro de etiqueta nas relações políticas,

mas neste caso concreto tinha que referir que a Câmara ainda não informou sobre essa questão porque ele ainda não tinha tido oportunidade de usar da palavra. -----

----- Respondendo a um aparte, disse que o Sr. Presidente da Junta de Carnide inquietava-se muito, mudava muito de Carnide para a Assembleia, quando estava em grupo era tão diferente de quando estava sozinho, que era uma coisa impressionante! -

----- Informou que a decisão foi tomada na sexta-feira ao fim da tarde e, sendo esta a primeira reunião da Assembleia, na primeira ocasião que tivesse para intervir iria falar disso. Mas sobre a interpretação feita pelo Deputado Carlos Marques, um homem de leis e da legalidade do Estado Democrático, de acordo com a sua ideologia, que invocara a lei neste caso do Vice-Presidente, não podia deixar de referir que sendo Vice-Presidente da Câmara no mandato anterior o Sr. Vereador Vasco Franco, calculando que estivessem na Assembleia as cartas com a informação à Assembleia sobre a sua nomeação para esse cargo, pedia à Mesa que lhe fizesse chegar cópias dessas cartas da Câmara. -----

----- É que a oposição foi acometida de uma febre de protocolo que, diria, nem os livros mais recentes da etiqueta social chegavam a esse ponto. -----

----- Aliás, aproveitava também para dizer que quando foi eleito o novo Presidente da Assembleia Municipal ninguém comunicara à Câmara, nem mesmo convidado para a posse tinha sido, o que, contudo, não o impedira de tomar todas as atitudes de cortesia e de educação que esse facto acarretava. -----

----- Mas não estava ali para discutir etiqueta, quando o quisesse fazer ia para outro lado. -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, no uso da palavra para defesa da honra, disse que não sabia onde teria estado o Sr. Presidente da Câmara consigo sozinho, mas podia dizer-lhe que a única vez que fizera o desvio para visitar a Freguesia de Carnide, durante vinte minutos, o recebera com cordialidade porque enquanto Presidente de Junta entendia que tinha que receber todas as pessoas assim. Aliás, no debate de ideias que tem trazido à Assembleia nunca ofendera o Sr. Presidente da Câmara. -----

----- Mas mais uma vez ali ficara claro quem reage da forma que reagia, quando o Sr. Presidente da Câmara dizia que só faltava ter que informar as Juntas, quando tinha sido ele próprio que assinara um despacho, que está publicado no Boletim Municipal, a dizer que avisava os Presidentes de Junta de tudo o que se passava em cada uma delas, e isso não estava a ser cumprido. -----

----- E quanto a avisar sobre um Vice-Presidente da Câmara, até parecia que não era importante saberem quem era o novo Vice-Presidente! As Juntas de Freguesias não foram informadas, se calhar o Sr. Presidente da Câmara não teve tempo para informar as Juntas de Freguesia, mas teve-o para informar os jornais. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, disse que se o Sr. Presidente da Câmara não foi convidado para a tomada de posse do novo Presidente da Assembleia Municipal queria dizer-lhe que achava mal ... -----

----- **O Senhor Presidente**, interrompendo o orador, disse que às vezes já tinha problemas de memória, mas foi-lhe lembrado pela Mesa que a eleição decorrera na

Sala do Plenário, depois de eleito assumira a condução dos trabalhos, e depois o Sr. Presidente da Câmara chegara, foi informado da sua eleição e foi à Mesa cumprimentá-lo, pelo que a informação, obviamente, estava dada quanto à Presidência da Assembleia Municipal. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, retomando o uso da palavra, disse que quanto à questão do Estado de Direito, defendia um Estado de Direito com todas as suas regras, pelo que queria dizer ao Sr. Presidente da Câmara que quando ele próprio foi Vice-Presidente da Assembleia Municipal, um dia o Plenário esteve para não reunir porque passavam 35 minutos da hora marcada e não estava presente nenhum dos Vice-Presidentes da Câmara na Assembleia, concretamente os Vereadores Vasco Franco e António Abreu que alternavam na vice-presidência. -----

----- A única coisa que questionara, foi uma frase que ouviu e que não queria repetir porque pensava ter ouvido mal. E porque entendia que deveriam ter uma relação cordial e democrática entre a Assembleia Municipal e a Câmara, também não ficava nada mal que a Câmara chegasse à Assembleia e informasse que já tinha Vice-Presidente, a Sra. Vereadora Teresa Maury. -----

----- Rematou apresentando os seus parabéns à Sra. Vereadora pela sua nomeação como Vice-Presidente da Câmara. -----

----- **O Deputado Municipal José Rodrigues (PS)**, no uso da palavra, começou por dizer que a sua questão tinha a ver com a intervenção da Sra. Vereadora Ana Sofia Bettencourt e os esclarecimentos por ela prestados na Comissão de Educação, Juventude e Desporto, quando lhe foi colocada a questão sobre o afastamento dos nove colaboradores que tinham assento, como parte integrante das actividades previstas no âmbito do Pelouro da Juventude, e que tinham funções de carácter efectivo e não de carácter pontual, num tipo de contratação que, independentemente dos erros que se pudessem ter cometido no passado, não era de forma nenhuma defensável. -----

----- As questões que se colocavam agora tinham a ver com as afirmações da Sra. Vereadora na Comissão, justificando que os nove afastamentos se deviam a incompatibilidades de perfis em relação aos programas e objectivos que estavam delineados para o Pelouro da Juventude, porque, questionada sobre os perfis, não foi clara a sua afirmação. Referiu que não haveria no imediato qualquer objectivo de os substituir, que não estava em questão os *jobs for the boys* e que o que estava em causa era a necessidade de ter alguém com confiança para poder prosseguir os objectivos. Essa foi a informação que a Sra. Vereadora lhes fez chegar. -----

----- Mas, de uma forma algo curiosa, tomaram conhecimento, através dos jornais, da admissão para actividades junto desse Pelouro de pessoas de confiança directa política que, como já foi afirmado, seriam três presidentes da JSD, um ex-presidente e a irmã de um deles, o que, de facto, era no mínimo contraditório com as afirmações que na altura foram feitas aos elementos da Comissão de Juventude como justificação. Isso no pressuposto de que essas pessoas foram substituir as outras e, portanto, era esse esclarecimento que pedia. -----

----- E também do ponto de vista ético e político lhe parecia muito estranho, e uma coincidência assaz curiosa, essa alta filiação reunida num grupo tão coeso junto de actividades da juventude. -----

----- Portanto, aquilo que desejava questionar era se houve alteração nas posições que foram transmitidas, já que do ponto de vista do Pelouro da Juventude não era conhecida qualquer alteração na política nem novas actividades, a menos que tivessem saído nos jornais e não fossem comunicadas pela forma normal em termos de actividade, ou se haveria algum programa novo. -----

----- Por outro lado, desejava também que fosse confirmada ou desmentida a situação que apareceu nos jornais, porque, a não ser assim, teria que haver claramente uma posição a contradizer aquela que foi assumida. -----

----- Perguntou, ainda, quais foram os critérios e os perfis, se as funções eram de facto outras que levaram à coincidência de perfis técnicos tão capazes em pessoas que, por acaso, conjugavam uma filiação política tão evidente. -----

----- A terminar, perguntou qual o vínculo jurídico dessa relação. -----

----- **O Deputado Municipal Athayde de Carvalhosa (PSD)**, no uso da palavra, disse que todas as intervenções, com repetidas e repisadas perguntas, o levavam a pensar que a reunião da Comissão que tratou dessa matéria não serviu para nada, uma vez que voltavam agora às mesmas questões. E toda essa insistência tornava claro o porquê dela mesmo, é que não se tratava de questões de funcionalidade da Câmara, mas razões de ordem política. -----

----- Segundo tinha percebido, um dos intervenientes afirmou “os nossos jovens”, o que levava a concluir que a partidarização era evidente. E essa circunstância lembrava-lhe o tempo em que questionara algumas medidas do anterior Executivo, em que, quando já não tinham mais argumentos técnicos, lhe respondiam que se tratava de uma decisão política e estavam ali também para tomar decisões políticas! E o assunto era arrumado! Era uma decisão política, estavam no direito de a tomar. -----

----- Como já se percebera esta decisão era também política e não técnica, pelo que, se estivesse no lugar do Executivo, responderia como então lhe respondiam, que era uma decisão política e o assunto ficava arrumado. -----

----- Parecia não haver assuntos mais importantes para tratar na Câmara e na Assembleia, porque o tempo perdido com este caso era um mau serviço prestado à cidade. -----

----- A terminar, disse que se dispensava de comentar a pseudo-defesa, que propositadamente não dizia da honra, do Sr. Vereador António Abreu, porque, como era evidente, não o poderia levar a sério já que quem mais partidarizou a Câmara foi exactamente o PCP! Nem sequer foi o PS, foi o PCP! -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, disse que tendo ouvido as intervenções e conhecendo os antecedentes deste debate, desejava referir que normalmente aquilo que ia dizer era interpretado como uma forma de cedência ou de recuo, segundo os manuais clássicos da política velha ou antiga. Mas era aquilo que correspondia à sua opinião, e por isso tinha que dizer o que pensava sobre este caso. --

----- É que comungava das opiniões expendidas pelos Deputados Municipais do Grupo Municipal do PPD/PSD e pela Sra. Vereadora, no sentido de que era incompreensível que os anteriores responsáveis não tivessem estabilizado os vínculos desses trabalhadores. Era sabido que existia, em termos de recursos humanos, muito atraso em matéria de concursos de admissão, concursos externos, e, portanto, não sabia se era esse o caso destes trabalhadores que teriam já anos suficientes para serem eles as directas vítimas dessa falta de estabilização dos vínculos. -----

----- Não iria atirar pedras por causa disso, tinha os seus faros pelos anos que já tinha da vida política, sobre as inclinações partidárias das pessoas envolvidas, não pedindo cartão também porque nunca gostava de ver cartões, mas já andavam todos na política há anos suficientes para saberem como eram as coisas. -----

----- De facto, quando leu no jornal a notícia das características partidárias de alguns colaboradores da Sra. Vereadora Ana Sofia Bettencourt, falou com a Sra. Vereadora que lhe explicara que foram opções tomadas com pessoas consideradas capazes numa altura de reestruturação e até estabilização do quadro. Compreendera as opções da Sra. Vereadora, que tinha toda a sua confiança e não era por ser jovem que dizia isto porque as pessoas de 24 anos tinham a mesma responsabilidade que as de 84, e todos desempenhavam cargos públicos com muito diferentes idades, mas, pessoalmente, segundo o entendimento que tinha da política não achava bem nem uma situação nem a outra. Numa podia-lhe cheirar a um partido a mais nas escolhas, noutra cheirou-lhe a outro partido a mais, e não gostava nem dum caso nem de outro, pelo que pedira à Sra. Vereadora o favor de corrigir a situação, com o devido respeito pelas pessoas entretanto contratadas, e dentro das responsabilidades a atribuições que a si próprio cabiam enquanto Presidente da Câmara. -----

----- Reafirmou a sua total confiança na Sra. Vereadora Ana Sofia Bettencourt, todos tinham direito a não tomar uma vez, ou duas, ou três, as opções inteiramente correctas, como foi o caso, e, portanto, se quisessem dizer que desautorizara a Vereadora podiam dizer à vontade, ou que cedera, ou que recuara, porque aquilo que efectivamente fez foi aceitar os argumentos da oposição. Oxalá todos fizessem assim na vida política em Portugal, com normalidade e sem problema absolutamente nenhum. Esperava que os melhores valores fossem aproveitados para o trabalho da Câmara, independentemente da cor partidária de cada um. Esperava que isso acontecesse, mas era sabido que no plano da juventude isso acontecia mais vezes, porque as lutas, os combates, as marcas eram mais encarniçadas. Havia os combates associativos, ele próprio também tinha sido dirigente associativo, portanto sabia-se quem era da JCP, da JSD ou da JS e que quando havia rotação de poder por vezes aconteciam estes exageros. -----

----- Portanto, considerava exageros e por isso pedira o favor de corrigir, ele que já não era dirigente associativo, que já não tinha vinte e tal anos, infelizmente, mas tinha os contras e talvez algumas vantagens de já não os ter. -----

----- Era isto que pretendia dizer, com todo o respeito pelo sentimento da Assembleia Municipal, partilhando o entendimento que a gestão dos recursos humanos era competência interna da Câmara, embora quando havia matérias que tinham

sensibilidade política compreendesse que a Assembleia se quisesse pronunciar. Mas, também com toda a franqueza tinha que dizer que pensava que havia questões mais bem importantes para a cidade, com todo o respeito pelas pessoas que perderam o seu vínculo e por outras que o ganharam mas que o iam perder. -----

----- Terminou dizendo que em termos da questão política em si não gostava nem de uma coisa nem de outra, independentemente das cores de cada uma das épocas. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, no uso da palavra, disse que a intervenção acabada de fazer pelo Sr. Presidente da Câmara os satisfazia pelo facto de ter reconhecido o erro que a Câmara cometeu, e que só foi reparado pelo facto do PCP ter levantado o problema e trazido à Assembleia a injustiça da decisão então tomada. -----

----- Era evidente que se logo de início o erro tivesse sido reconhecido, a discussão que hoje estavam a fazer ter-se-ia evitado, como também se teria evitado o tempo que os jovens trabalhadores perderam no exercício das suas funções, que, aliás, se reflectira na Semana da Juventude. Isso podia afirmar porque na sua Junta de Freguesia verificaram uma descoordenação na altura, o que consideraram normal devido à tal perturbação. -----

----- Portanto, apelava no sentido de que aquilo que o Sr. Presidente da Câmara disse fosse concretizado, porque, de facto, seria com posições como aquela que o Sr. Presidente da Câmara acabava de assumir que conseguiriam resolver os problemas e respeitar as pessoas que trabalham na Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Quanto à questão da legalização e integração de pessoas com contratos a prazo, disse que o Deputado Municipal Athayde Carvalhosa se recordava com certeza que antes da coligação “Por Lisboa” ter assumido a gestão na Câmara Municipal de Lisboa havia centenas de trabalhadores com contratos a prazo, e que todos eles depois foram legalizados pela coligação. -----

----- **O Deputado Municipal João Pinheiro (PS)**, novamente no uso da palavra, disse que gostaria de defender um ponto de vista um tanto ou quanto diferente do sentido que a discussão do Relatório estava a tomar. -----

----- Referiu, então, que as intervenções dos Deputados Municipais Athayde Carvalhosa e António Prôa, secundadas pela intervenção do Sr. Presidente da Câmara, desviavam a atenção do debate sobre o problema principal que era apresentado e sobre o conteúdo que se retirava do Relatório. É que a questão não era tanto de recursos humanos, cuja competência cabia, obviamente, à Câmara Municipal. A questão dos recursos humanos era importante pelos interesses pessoais das pessoas envolvidas e afectadas, mas a discussão era muito mais vasta, e essa discussão residia, essencialmente, sobre a actividade política da Câmara na área da juventude. -----

----- Essa foi a preocupação central da Comissão Permanente de Educação, Desporto e Juventude. De facto, ela foi despoletada pela cessação dos vínculos e pelo procedimento com que foi feito, mas o problema essencial mantinha-se e não se resolvia com esgrimas ideológicas sobre a concepção e a composição da Divisão de Juventude da Câmara Municipal de Lisboa, se predominavam filiados da JCP ou se predominavam filiados da JSD. A questão essencial era de coordenação política do

Pelouro sobre a actividade dessa Divisão e sobre os benefícios que os jovens de Lisboa retiravam da actividade da Câmara. E, com o devido respeito, o resultado, num ano e quatro meses que a Câmara leva de mandato, não tinha sido brilhante. -----

----- Na sequência da última intervenção que o Sr. Presidente da Câmara fez na Assembleia, em que reconheceu que em campanhas eleitorais se cometiam excessos, ficou de alguma forma justificada a não apresentação de determinados resultados, mas relembra, e não perderia a oportunidade de o fazer sempre que para isso a mesma lhe fosse conferida, que um dos motes da sua candidatura incidia em particular sobre políticas de juventude e políticas de habitação, as quais se encontram totalmente por satisfazer. -----

----- Mas questionava também a Sra. Vereadora sobre as realizações, em concreto e de vulto, que o Pelouro teria neste momento para apresentar à Assembleia e à cidade, e também quando seria discutido, a sério, na sequência das informações que pudessem ser apresentadas trimestralmente pelo Sr. Presidente da Câmara, o Mega-Espaço Jovem, e quando seria dada iniciativa e dinâmica ao Conselho Municipal de Juventude. -----

----- É que em vez de se estar depois a discutir se os técnicos da Divisão de Apoio Juvenil cumpriam ou não as orientações políticas, podia-se criar um órgão em que essas orientações fossem debatidas, gerassem unanimidades e depois fossem normalmente executadas. Devia-se desfocalizar a discussão desses problemas da Divisão de Apoio Juvenil e deixar de responsabilizar aqueles técnicos, ou outros a contratar no futuro, na definição das políticas de juventude. -----

----- Portanto, Mega-Espaço Jovem, Conselho Municipal de Juventude, habitação para jovens no centro da cidade, eram essas as suas preocupações do debate e foram essas as preocupações da Comissão. E eram também essas as respostas que se esperavam por parte da Câmara Municipal de Lisboa, ou seja, qual era o plano estratégico para a juventude na cidade. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que ainda havia três oradores inscritos para intervir, mas gostava de informar que o Relatório que estava distribuído, nomeadamente a parte final, foi elaborado à volta da mesa com um consenso generalizado, e aprovado, por unanimidade, pelos membros da Comissão presentes. Não estavam presentes os dois representantes do PSD mas manifestaram depois concordância com a matéria escrita. Portanto, pedia que as intervenções fossem breves, até porque teriam ainda certamente a intervenção da Sra. Vereadora a finalizar, e depois a votação do Relatório e da recomendação. -----

----- **O Deputado Municipal Redolfo Caseiro (PCP)**, no uso da palavra, disse que a coisa mais cansativa da vida era a hipocrisia e pensar-se que com habilidades se alteravam realidades. -----

----- Esta sua intervenção era suscitada, segundo disse, por algumas referências feitas a uma matéria muito cara aos trabalhadores: os seus direitos e questões ligadas ao desemprego e à precariedade da vida, que eram resultantes da política oficial desenvolvida, como se isso fosse culpa do PCP. Francamente! -----

----- Sabia-se que a direita, ao longo do tempo – sempre assim foi – estabelecia as confusões para daí tirar dividendos. Ou seja, utilizava um espírito mesquinho, tipo microscópio, que aumentava as coisas pequenas e impedia de ver as grandes. E as grandes coisas eram o pacote laboral, eram os contratos a prazo, eram os recibos verdes e era a segurança social. Portanto, avançava-se com coisas pequenas para esconder as grandes, mas perguntava se isso era obra do PCP! -----

----- A terminar disse que àqueles que com certa petulância se referiam ao PCP apetece-lhe dizer-lhes que quando um petulante se julgava moralista o seu caso era mesmo grave. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra, disse que não tinha intenção de intervir neste debate. Contudo, a intervenção do Sr. Presidente da Câmara veio esclarecer um pouco aquilo que estavam a discutir, e de alguma forma teve também o mérito de trazer ao debate algo que ele necessitava, mas que a bancada do PSD estava a querer fazer crer que se estavam a desviar do essencial. -----

----- Portanto, a intervenção do Sr. Presidente da Câmara teve o mérito de situar o contexto, e o contexto era a análise de um Relatório que uma Comissão em boa hora fez, e desde já aproveitava para referenciar a qualidade e o mérito do mesmo. E também, situando o contexto, para dizer que aquilo que o Sr. Presidente da Câmara transmitira, e que o PS saudava, embora não da mesma forma que o PCP fez porque achavam que não podia haver intenção de apropriar os méritos porque quando se tinha uma vitória ela não era de A ou B mas sim a vitória de todos. Aliás, neste caso diria mesmo que era um pouco mais alta e abrangente, ou seja, era da justiça e, sobretudo, era assim porque o Sr. Presidente da Câmara entendera que havia uma actuação que não era conforme àquilo que era habitual e normal num Estado de Direito. -----

----- Por isso, saudava a decisão que o Sr. Presidente da Câmara comunicara porque com ou sem desautorização da Vereadora, não era isso que era importante e aí partilhava exactamente das convicções do Sr. Presidente da Câmara. Julgava, inclusivamente, que não se tratara de nenhuma desautorização, certamente que se tratara de uma análise ponderada e ponderosa do mérito das situações, e, portanto, obviamente entendia aquilo que lhes quisera ali expressar, e utilizando até uma forma elegante, embora parecendo deselegante, tirara o bom coelho da cartola. -----

----- Mas aproveitava para lhe dizer que em boa hora o teria feito porque vinham assistindo com alguma calma, com uma enorme paciência, a uma coisa em relação à qual tinha que estabelecer um paralelismo com algo que ocorrera no passado: no passado alguém acusara os governos do PS de que estavam apenas preocupados com os lugares dos *boys*, e gostava de dizer que o PS tem estado impávido e sereno perante aquilo que vinha acontecendo na Câmara Municipal de Lisboa, com essa onda grande, gritante, de ocupação dos lugares. Aquilo que agora estavam a falar era apenas uma pequenina ponta do *iceberg*! -----

----- Portanto, saudando a comunicação do Sr. Presidente da Câmara, desejava comunicar à Assembleia que, em tempo oportuno, que seria brevemente, a sua bancada iria fazer um requerimento ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal para serem informados das inúmeras mudanças que houve na estrutura camarária. -----

----- **A Deputada Municipal Deolinda Machado (PCP)**, no uso da palavra, disse que apesar de alguma exaltação o debate era construtivo e dava frutos com certeza. O debate era importante quando analisavam com seriedade as questões, e era importante porque do ponto de vista de quem mais precisava e dos trabalhadores que não fosse descurada a discussão, como hoje ali tinha ficado demonstrado. -----

----- Sobre as questões hoje colocadas, disse que algumas dúvidas que lhes ficaram e gostariam de ver esclarecidas, tinham a ver com os vínculos: ou seja, qual era o vínculo com que ficavam os trabalhadores admitidos. -----

----- Uma outra questão tinha a ver com uma frase dita pelo Sr. Presidente da Câmara: “umas que perderam o vínculo e outras que o ganharam e o vão perder”, desejava também que fosse explicada essa questão. -----

----- Disse, ainda, que tendo em conta o reconhecimento que o Sr. Presidente da Câmara fez do problema que estavam a debater, sugeria então que fosse reconsiderado o penúltimo parágrafo do Relatório da Comissão, que passava a citar: -----

----- “Sugere que a Câmara Municipal de Lisboa pondere a necessidade de reavaliação do processo de cessação dos nove vínculos funcionais, considerando sobretudo as experiências adquiridas pelos técnicos ao longo dos últimos anos, as suas qualificações académicas e a disponibilidade manifestada para prosseguirem no exercício das suas funções no âmbito da Câmara Municipal.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, novamente no uso da palavra para responder às questões colocadas, começou por dizer que quando falara das pessoas que perderam o vínculo referia-se àquelas que estavam na origem deste debate, enquanto que as que iam perder o vínculo eram algumas daquelas que fizeram parte daquilo que considerou um exagero posterior a essa decisão. Isto face à correcção que solicitou da situação entretanto criada. -----

----- Quanto à política de pessoal, às nomeações havidas e mudanças em relação ao que existia antes, disse que estava ali a pensar consigo próprio e concluía: Departamento de Apoio à Presidência, Dra. Irene Nunes Barata, ex-adjunta do Vereador Fontão de Carvalho; Director Municipal dos Serviços Centrais, Dr. José Morato Testas, Director Municipal e Director de Departamento na Câmara anterior, enfim há muitos anos; Director do Departamento Jurídico, que foi de facto substituído, não estava provido, entretanto nomeara a Dra. Paula Pires Coelho que já fazia parte dos quadros mas que foi substituída depois da reestruturação pela Dra. Teresa Faria, adjunta do Ministro Sousa Franco no Governo do Partido Socialista. -----

----- Portanto, nos lugares de responsabilidade, nomeadamente o Departamento de Apoio à Presidência e por aí fora, os responsáveis que foram providos eram colaboradores dos Gabinetes anteriores. Por exemplo, no DAOM, bom nesse caso até nem falava, o Dr. José Bastos não tinha dúvidas que era também do agrado consensual entre todos a respectiva nomeação. Portanto, o Departamento de Apoio à Presidência, o Departamento de Apoio aos Órgãos Municipais, o Departamento Jurídico, a Direcção Municipal dos Serviços Centrais da Câmara, para não ir mais além, eram todos chefiados por pessoas que já estavam na Câmara, em quem a anterior confiara e a actual Câmara tomara por bom esse critério. -----

----- **A Senhora Vereadora Ana Sofia Bettencourt**, no uso da palavra para dar esclarecimentos, disse que tendo em conta que muitas das questões levantadas estavam sanadas pela intervenção que fez o Presidente da Câmara, apenas pretendia reafirmar que o plano de actividades para a política juvenil da Cidade de Lisboa era para cumprir. Tinha dado essa garantia na Comissão e dava-a agora no Plenário. A Divisão estava a funcionar e estavam todos empenhados. -----

----- **O Deputado Municipal António Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, novamente no uso da palavra, disse que a Sra. Vereadora Ana Sofia Bettencourt corroborara o que foi dito pelo Sr. Presidente da Câmara no sentido de reconsiderar a posição anteriormente tomada e reintegrar os jovens no trabalho que vinham desempenhando. Mas porque não foi de todo clara quanto a essa matéria desejava que informasse se sim ou não, porque em função da resposta teria uma intervenção completamente diferente. -----

----- **A Senhora Vereadora Ana Sofia Bettencourt** respondeu dizendo que entendeu que essa resposta já estava dada e tinha alguma dificuldade em estar ali a dizer sempre as mesmas coisas das mais variadas formas. -----

----- Disse, depois, que o quadro de funcionários da Câmara Municipal de Lisboa foi reforçado do ponto de vista da Divisão, ela estava neste momento com quadro suficiente para manter a actividade da juventude no Município de Lisboa, não carecendo, por isso, de nenhuma contratação/importação de serviços, ou contrato/avença. Era isso que iria ficar, e foi isso que foi dito ali. -----

----- **A Deputada Municipal Deolinda Machado (PCP)**, novamente no uso da palavra, disse que o debate era frutífero e por isso pedia à Sra. Vereadora que não se exaltasse com tanta facilidade porque ainda era muito jovem. -----

----- Disse, depois, que desejava saber, e por isso perguntava tal como outros colegas já perguntaram também, qual era o vínculo com que ficavam os trabalhadores admitidos. É que a Sra. Vereadora dizia que respondeu, mas efectivamente assegurava-lhe que não respondera. -----

----- **O Senhor Presidente**, antes de chamar o orador seguinte, lembrou que os três últimos pontos do Relatório eram suficientemente indicativos, e com a intervenção do Sr. Presidente da Câmara provavelmente o que neles se recomendava iria ser desenvolvido em princípio. -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, novamente no uso da palavra, disse que o Sr. Presidente da Câmara tinha reconhecido o erro, esse erro foi corrigido ou estava-se a tentar corrigir, mas ficava a dúvida na mesma. É que se houve um erro com oito jovens não estavam a remediar o erro, e nisso a recomendação do Relatório era clara: não falava na integração dos jovens na Divisão de Apoio Juvenil mas sim na sua integração na Câmara. -----

----- Isso é que seria corrigir um erro, e daí a pergunta se isso iria ser feito ou não. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Soares (BE)**, no uso da palavra, disse que era de todo o interesse que ficassem cabalmente esclarecidos sobre a matéria, porquanto lhe parecia ser óbvia alguma contradição entre a intervenção do Sr. Presidente da Câmara,

que saudava, e a intervenção da Sra. Vereadora. -----
----- De facto, apesar do Sr. Presidente da Câmara ter dito, com a clareza habitual, que não pretendia desautorizar a Sra. Vereadora, a intervenção da Sra. Vereadora afigurava uma desautorização do Sr. Presidente da Câmara, o que era um caso *sui generis*. É isto que se passa, perguntou! -----
----- Portanto, desejava que fossem cabalmente informados sobre a matéria por forma a que pudessem votar em consciência o Relatório e a recomendação apresentada à Assembleia. -----
----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra, disse que a Sra. Vereadora deveria prestar um esclarecimento sobre as questões que foram colocadas, porque realmente elas suscitavam muitas dúvidas. O Sr. Presidente da Câmara anunciara que iria ser corrigido aquilo que foi feito, ou seja, que iriam ser readmitidos aqueles que tinham sido despedidos e os que tinham sido admitidos seriam reconsiderados, o que não tinha percebido muito bem. Agora, não sabiam, e seria bom que isso fosse esclarecido, se aqueles que foram despedidos e que tinham vínculo precário seriam readmitidos com vínculo precário ou se se iria abrir um concurso externo para a sua entrada no quadro. -----
----- Em relação àqueles que entretanto foram admitidos, disse que desconhecia se tinham entrado directamente no quadro, porque se entraram foi porque houve um concurso externo, pois só assim poderia ser. -----
----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, disse que hoje era um daqueles dias em que não pensava intervir, mas dado que estavam há já mais de duas horas a discutir um assunto, que de facto tinha importância para as pessoas, vindo de quem vinham as principais reivindicações, decidira intervir. -----
----- De facto, não havia dúvida que o Partido Comunista era o paladino dos direitos dos trabalhadores, o Partido Comunista era o paladino da democraticidade nos serviços. Aliás, viu-se quando esteve na Câmara porque foram admitidos jovens de todos os partidos para os vários Departamentos e Divisões, entre os muitos, muitos, muitos que entraram ao serviço da Câmara. Portanto, o Partido Comunista era um exemplo sério, um exemplo vivo da democracia, um exemplo vivo de igualdade de oportunidades em relação a todas as forças políticas. Era aquele exemplo democrático que todos conheciam, portanto o partido com mais capacidade e com mais força para poder reivindicar o que quer que fosse, e com um passado na Câmara Municipal de Lisboa, como ali tinha sido bem referido pelo Deputado Municipal António Prôa, que falava por si. -----
----- Disse, depois, que as últimas perguntas já foram mais que respondidas pelo Sr. Presidente da Câmara e pela Sra. Vereadora. O Sr. Presidente da Câmara referira uma coisa que foi compreensível por toda a gente, só não percebera quem não quis, quando disse que uns perderam o vínculo e aqueles que o ganharam iriam perdê-lo. Ou seja, aqueles que perderem o vínculo estava perdido, os que depois foram admitidos, e segundo o Sr. Presidente da Câmara com um critério que também não era do seu agrado porque era um critério com algumas características de partidização, e pessoalmente também estava de acordo que não deveriam ser esses os critérios para

serem diferentes daqueles que eram no passado, iriam perder o vínculo também.-----

----- E o que disse a Sra. Vereadora foi que do quadro da Câmara os trabalhadores que foram transferidos para o quadro da Divisão, eram suficientes para garantir os objectivos a que a Câmara se propusera nessa área. -----

----- Isso foi claríssimo, só não percebeu quem não quis! -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para dar esclarecimentos, disse só esperava que aquilo que estava a dizer hoje, e notava que os Deputados Municipais do PPD/PSD subscreviam essa orientação, fosse prática seguida no futuro qualquer que fosse a cor partidária do Executivo. E também no País gostava sempre que em todos os Executivos fosse essa a prática. -----

----- Referiu que há algum tempo um adjunto seu dizia-lhe: “o Sr. Dr. tem a mania de dizer essas coisas, faz isso, nós somos muito isentos, e depois voltam outros ao poder e as coisas voltam ao antigamente, porque isto é por ciclos.” Mas queria acreditar que não era assim, que os tempos iriam mudar! Achava que deviam ficar com a consciência tranquila! Por si procuraria agir de acordo com o que considerava correcto. -----

----- Disse, depois, que por respeito à Assembleia a Sra. Vereadora lhe perguntara se devia entrar em mais pormenores, e pessoalmente entendia que não devia entrar porque era um mau precedente. A Assembleia devia fiscalizar a Câmara naquilo que entendesse, agora a Câmara, nas suas relações com a Assembleia, nunca deveria chegar ao ponto de dizer quem ia contratar, quem não ia contratar, quem eram as cinco, dez ou vinte pessoas que contratava ou deixava de contratar. Isso seria entrar num nível de relacionamento entre a Câmara e a Assembleia, de conteúdo que pensava não ser aquele que estava de acordo com o sistema de governo vigente no Poder Local. A cada órgão as suas prerrogativas! -----

----- Se a Câmara abrisse este precedente, a partir de agora cada oito pessoas que entrassem ou saíssem tinham ou debate de duas ou três horas na Assembleia Municipal. Por respeito à Assembleia não entrava nesses detalhes, que eram importantes para a vida das pessoas, mas que eram prerrogativas da Câmara Municipal. -----

----- Por exemplo, se a Assembleia Municipal quisesse prover os seus quadros com os colaboradores que entendesse adequados, o Sr. Presidente da Assembleia sabia, tal como soube sempre o seu antecessor, que teria toda a sua disponibilidade para colaborar no que entendesse, sem procurar saber do porquê ou do para quê das preferências das pessoas que eram escolhidas para trabalharem na Assembleia. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que lhe parecera a certa altura da intervenção do Sr. Presidente da Câmara, que achara muito positiva, que a situação criada iria ser reavaliada. Seria assim, perguntou. -----

----- A uma resposta imperceptível, porque produzida fora do microfone, do Sr. Presidente da Câmara, disse: “Vai ser reavaliada! Muito bem, isso é garantia que, aliás, é colocada no Relatório da Comissão.” -----

----- **O Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo (PS)**, no uso da palavra, disse que algumas intervenções o deixaram perplexo, quase podia dizer a brincar com uma

dúvida existencial, porque estava cada um a dizer coisas diferentes. É que houve várias intervenções de Deputados Municipais, e mesmo agora do Sr. Presidente da Assembleia, que inferiam da intervenção do Sr. Presidente da Câmara que a situação iria ser corrigida no sentido que apontava o Relatório elaborado pela Comissão quanto a uma eventual readmissão dos trabalhadores que foram desvinculados. -----

----- Ora, o que tinha percebido da intervenção do Sr. Presidente da Câmara foi aquilo que o Deputado Municipal Victor Gonçalves acabara de repetir e esclarecer: ou seja, que não havia readmissão de ninguém. O que eventualmente haveria seria um reconhecimento de procedimentos menos correctos e que esses procedimentos menos correctos nas novas contratações para a Divisão de Apoio Juvenil é que iriam ser revistos. -----

----- A seu ver, a algumas das questões que sucessivamente foram perguntadas à Sra. Vereadora Ana Sofia Bettencourt ela não podia dar resposta, porque se foi uma decisão agora tomada pelo Sr. Presidente da Câmara a Sra. Vereadora, obviamente, ainda não podia dar esclarecimentos. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara dizia que não queria entrar em pormenores, mas se a decisão foi tomada agora seria de esperar que esclarecesse, minimamente, em que era que a decisão iria ser corrigida, ou então, se não estava em condições de o fazer hoje, numa próxima informação escrita da Câmara a correcção havida fosse referida. -----

----- Mas se tinha percebido mal e a decisão já estava tomada desde a altura em que foi publicada a notícia, então não via porque motivo não era dada uma explicação hoje sobre a correcção que foi feita, porque se já tinha sido feita já estava tudo decidido. Eventualmente até já teria sido comunicada a cessação do vínculo a algumas pessoas, ou então já tinha sido decidido mas ainda não tinha sido comunicado aos interessados. E aí admitia que tivessem que ser eles os primeiros a conhecer a notícia. -----

----- Portanto, pedia que fosse esclarecido se já foi comunicada a decisão aos interessados, ou então, se o desenvolvimento fosse outro, que o Sr. Presidente da Câmara, numa próxima reunião se não estivesse em condições de o fazer agora, esclarecesse quais as medidas concretas que foram tomadas. -----

----- Por fim, disse que, em tom de humor, queria transmitir a sua solidariedade pessoal, quer à Sra. Vereadora, quer aos Deputados Municipais do PSD que falaram em primeiro lugar, porque defenderam rigorosamente uma posição *a contrario* daquela que acabara por ser defendida pelo Sr. Presidente da Câmara. -----

----- **O Senhor Presidente**, terminadas as intervenções, disse que se ia passar à votação. -----

----- Entretanto, o **Deputado Municipal António Prôa (PSD)**, em interpelação à Mesa, disse que tinha dúvidas quanto à pertinência de se votar o Relatório porquanto nada disso era dito na Ordem de Trabalhos. De facto, apenas se referia “apreciação do Relatório da Comissão” e não se referindo aprovação depreendia que não tivesse que haver votação. -----

----- Além disso, porque no Regimento também nada era dito quanto à necessidade de aprovar relatórios, tinha essa dúvida. -----

----- **O Senhor Presidente** respondeu dizendo que na Conferência de Líderes,

realizada na semana passada, tinha ficado bem claro que o Relatório seria discutido e votado, tal como a recomendação, e já por duas vezes, em reuniões anteriores, ele próprio havia anunciado a discussão e votação do Relatório, sobretudo no caso da recomendação quando passara de Moção no período de Antes da Ordem do Dia, para recomendação neste ponto. -----

----- **O Deputado Municipal António Prôa (PSD)** disse que não punha em causa a decisão da Conferência de Líderes, porque, se assim era, tudo estava certo. No entanto pedia que se alterasse a redacção da Ordem de Trabalhos, sob pena de estarem a votar algo que não estava previsto na Ordem de Trabalhos. -----

----- **O Senhor Presidente**, dado que a redacção da Ordem de Trabalhos era matéria da sua competência, disse que este ponto da Ordem de Trabalhos seria então alterado, ficando com a seguinte redacção: -----

----- “Apreciação e votação do Relatório da Comissão Permanente de Educação, Juventude e Desporto, sobre a cessação de funções de nove técnicos da Divisão de Apoio Juvenil da Câmara Municipal de Lisboa”. -----

----- Seguidamente, submeteu à votação o Relatório tendo a Assembleia deliberado aprová-lo, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE, e a abstenção do PSD, CDS-PP e PPM. -----

----- Por unanimidade a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- Depois submeteu à votação a recomendação, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE, votos contra do PSD, CDS-PP, e a abstenção do PPM. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Pareceria uma contradição o sentido de voto em relação ao Relatório da Comissão e à recomendação. Não é porque a recomendação insiste num ponto em relação ao qual nós não temos qualquer concordância, que é qualificação de despedimento. Essa a razão do nosso voto contra na recomendação.” -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves (CDS-PP)**, fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Em relação ao Relatório da Comissão revemo-nos nalgumas das suas partes deliberativas, mas noutras já não decorrente das explicações que a Câmara Municipal deu ao longo do debate. -----

----- Em relação à recomendação só poderíamos votar contra porque como ele era contraditória com texto do Relatório, por uma questão de coerência não podemos votar um texto que fala em cessação de vínculos e outro que falava em despedimentos sem justa causa.” -----

----- **PONTO 11 - PROPOSTA 183/2003 - APROVAR OS TERMOS DO REGULAMENTO REFERENTE AO PARQUE DE ESTACIONAMENTO SITO NA RUA DAS TRINAS, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA A) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 183/2003 -----

----- “Considerando que o estacionamento de veículos na cidade de Lisboa se assume, hoje em dia, como um problema que o município procura solucionar, nomeadamente, através da construção de parques de estacionamento, para uso público e/ou residencial; -----

----- Considerando o espírito de colaboração instituído entre entidades, privadas e públicas, da administração central e local, e a Câmara Municipal de Lisboa na prossecução de competências municipais, designadamente em matéria de ordenamento do estacionamento de veículos nas ruas e demais lugares públicos; -----

----- Considerando que o Instituto Hidrográfico da Marinha, nas suas instalações, sitas na Rua das Trinas, desta cidade, dispõe de um espaço de estacionamento com capacidade para 41 automóveis, foi celebrado um protocolo entre o Município de Lisboa, representado pelo seu Presidente e o Instituto Hidrográfico da Marinha, representado pelo seu Director Geral, com base no qual este aceitou ceder à autarquia um terreno afecto ao Instituto para criação de um parque de estacionamento, destinado aos residentes das freguesias da Lapa e Santos-o-Velho; -----

----- Considerando as condições de funcionamento deste parque, definidas em regulamento, determinou-se: -----

----- 1. Este parque de estacionamento funciona ao público de segunda a sexta-feira, no período das 19.00 horas às 8 horas. Aos sábados, domingos e feriados todo o dia. --

----- 2. A retirada dos veículos é feita impreterivelmente até às 8 horas, sendo concedida uma tolerância de 15 minutos. Após este prazo, a CML procederá ao reboque da viatura, por forma a não prejudicar o bom funcionamento do Instituto Hidrográfico. -----

----- 3. As despesas decorrentes do procedimento referido no número anterior serão suportadas pelo proprietário do veículo rebocado. -----

----- 4. Este parque destina-se a residentes nas zonas limítrofes, devidamente inscritos.

----- 5. Cada período de estacionamento é taxado em um euro e cinquenta cêntimos (1,50 €). -----

----- 6. Se os 41 lugares se encontrarem totalmente preenchidos, o utente, apesar de devidamente inscrito, não poderá estacionar até que exista vaga. -----

----- 7. A utilização do estacionamento pode ser interrompida por motivos inerentes à segurança ou funcionamento do Instituto Hidrográfico, sendo os utentes avisados com a maior antecedência possível. -----

----- Considerando as competências da Câmara e da Assembleia Municipal nesta matéria, fixadas, respectivamente, nas alíneas u) do n.º 1, a) do n.º 6, a) do n.º 7 do artigo 64º e no artigo 65º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, e na alínea e) do n.º 2 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro e tendo em atenção o disposto no n.º 11 do Ponto A da Delegação de Competências da Câmara no seu Presidente, aprovada pela Deliberação 3/CM/2002; -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal: -----

----- 1. Os termos do regulamento que se anexa e que faz parte da presente proposta referente ao parque de estacionamento sito na Rua das Trinas, nesta cidade de Lisboa; -----

----- 2. A fixação da taxa de um euro e cinquenta cêntimos (1,50 €) por cada período de estacionamento, nos termos do artigo 19º - g) da Lei n.º 42/98 de 6 de Agosto.” -----

----- REGULAMENTO -----

----- “1. Este parque de estacionamento funciona ao público de segunda a sexta-feira, no período das 19.00 horas às 8.00 horas. Aos Sábados, Domingos e Feriados, todo o dia. -----

----- 2. A retirada dos veículos é feita impreterivelmente até às 8.00 horas, sendo concedida uma tolerância de 15 minutos. Após este prazo, a C. M. L. procederá ao reboque da viatura, por forma a não prejudicar o bom funcionamento do Instituto Hidrográfico. -----

----- 3. As despesas decorrentes com o procedimento referido no número anterior serão suportadas pelo proprietário do veículo rebocado. -----

----- 4. Este parque destina-se a residentes nas zonas limítrofes, devidamente inscritos. -----

----- 5. Cada período de estacionamento é taxado em 1,50 €. -----

----- 6. Se os 41 lugares se encontrarem totalmente preenchidos, o utente, apesar de devidamente inscrito, não poderá estacionar até que exista vaga. -----

----- 7. A utilização do estacionamento pode ser interrompida por motivos inerentes à segurança ou funcionamento do Instituto Hidrográfico, sendo os utentes avisados com a maior antecedência possível.” -----

----- **O Senhor Presidente** informou que o Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves, do CDS-PP, entregara na Mesa uma declaração de impedimento na discussão e votação desta proposta, pelo que abandonaria a Sala enquanto tal decorresse. -----

----- Seguidamente, dado que ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida pôs em votação a proposta 183/2003, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- Também por unanimidade, a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **PONTO 12 – PROPOSTA 185/2003 - APROVAR A VENDA AO MUNICÍPIO DA AMADORA DE UMA PARCELA DE TERRENO E AINDA A CONSTITUIÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE SOBRE TRÊS PARCELAS DE TERRENO, BEM COMO DA OUTORGA DO PROTOCOLO, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA I) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 185/2003 -----

----- “Considerando que o Município de Lisboa é o único e legítimo proprietário dos terrenos constituídos por dois prédios sitos na Boba, Concelho da Amadora, mais precisamente a Norte do Casal de S. Brás e a Sul dos Moinhos da Funcheira e do Casal da Mira, denominados Casal da Boba e Casal da Mesquita, com uma área total

aproximada de 64 hectares, onde se localiza a denominada “Lixeira da Boba”, entre outros equipamentos e ocupações diversas; -----

----- Considerando que nesses terrenos foi implantada a “Lixeira da Boba”, a qual esgotou a sua capacidade de depósito em 1989 e cuja selagem se iniciou em 2002; ----

----- Considerando que a Câmara Municipal de Lisboa reconhece ter para com a Câmara Municipal da Amadora uma “dívida ambiental”, dado o impacte ambiental da referida “Lixeira da Boba” e a inexistência de contrapartidas prestadas; -----

----- Considerando que a Câmara Municipal da Amadora ocupa parte desses terrenos com oficinas e pretende, ainda, ocupar uma zona a poente com equipamentos, previstos no Plano de Urbanização da Amadora - Zona Nascente; -----

----- Considerando o interesse da Câmara Municipal da Amadora na cedência a seu favor de parte destes terrenos, para que de imediato diligencie a requalificação dos mesmos, tendo em vista nomeadamente o reaproveitamento e a utilização pública do espaço ocupado pela lixeira e das áreas adjacentes, minorando os custos ambientais, directos e indirectos, imputados à população residente, e que são resultantes da utilização daquele espaço enquanto depósito de lixo e outros resíduos; -----

----- Considerando o interesse da Câmara Municipal de Lisboa em contribuir para a requalificação urbana da área e em rentabilizar os restantes terrenos da sua propriedade que não serão objecto de cedência ou transmissão, fim para o qual conta com a contribuição e a melhor vontade da Câmara Municipal da Amadora; -----

----- Considerando a urgência da Câmara Municipal de Amadora em entrar na posse efectiva dos terrenos a ceder e a transmitir, ainda antes de devidamente escriturada a seu favor a respectiva transmissão de propriedade e a cedência do direito de superfície, para que, assim, possa desde já iniciar todos os trabalhos de elaboração de estudos e projectos relacionados com a referida requalificação; -----

----- Considerando que a área pretendida pela Câmara Municipal da Amadora se enquadra em “Zona de Verde Urbano de Protecção e Enquadramento” e em “Zona de Equipamento”, nos termos do Plano Director Municipal da Amadora, instrumento de gestão urbanística vigente e plenamente eficaz; -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere: -----

----- Ao abrigo do disposto na alínea f) do nº 1, da alínea a) do nº 6 e da alínea d) do nº 7 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal, para que este órgão, ao abrigo do disposto na alínea i) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, autorize: -----

----- I.- A venda ao Município da Amadora da parcela de terreno a destacar, designada por “Parcela 1”, melhor identificada na planta anexa, sita na Boba, Concelho da Amadora, a Norte do Casal de S. Brás e a Sul dos Moinhos da Funcheira e do Casal da Mira, denominados Casal da Boba e Casal da Mesquita, com a área de 69 627, 97 m², pelo valor de 69 628, 00 €; -----

----- II.- A constituição a favor do Município da Amadora do direito de superfície sobre as parcelas de terreno a destacar, designadas por “Parcela II a)”, “Parcela II b)” e “Parcela II c)”, melhor identificadas na planta anexa, sitas na Boba, Concelho da Amadora, a Norte do Casal de S. Brás e a Sul dos Moinhos da Funcheira e do

Casal da Mira, denominados Casal da Boba e Casal da Mesquita com as áreas, respectivamente, de 56 185, 85 m2, 241 391, 23 m2 e de 42 384, 44 m2, numa única prestação e pelo preço, respectivamente, de 28 093, 00 €, 120 696, 00 € e de 21 192, 00 €;

----- III.- A outorga do protocolo com o Município da Amadora do protocolo cuja minuta se anexa e faz parte integrante da presente proposta. -----

----- Justificação dos valores propostos: -----

----- A venda das parcelas de terreno ocupadas com instalações industriais utilizadas pela Câmara Municipal da Amadora será feita pelo valor simbólico de 1 €/m2. -----

----- A cedência em direito de superfície das parcelas de terreno anteriormente ocupada pela lixeira será feita pelo valor simbólico de 0,50 €/m2. -----

----- Este entendimento deve-se ao reconhecimento de uma “dívida ambiental”, dificilmente quantificável, mas substancial, que o Município de Lisboa assume, para além da possibilidade de aproveitamento dos terrenos que ficam na sua posse e destinados à constituição de lotes industriais sem qualquer pagamento de encargos de urbanização nem despesas com a execução de infra-estruturas urbanísticas.” -----

----- **O Senhor Presidente**, como ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu em votação a proposta 185/2003, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- Também por unanimidade, a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **PONTO 13 – PROPOSTA 213/2003 - APROVAR A ALTERAÇÃO DO REGIME DE TAXAS DAS BIBLIOTECAS MUNICIPAIS, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA E) DO Nº2 DO ARTº 53º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 213/2003 -----

----- “Considerando que: -----

----- Se torna necessário rever a Tabela de Taxas e outras receitas das Bibliotecas Municipais, no sentido de tornar extensível aos docentes o desconto já atribuído aos estudantes pela utilização dos serviços prestados pelas Bibliotecas; -----

----- Se considera que a revisão proposta é justa e legítima, contribuindo para que se crie um relacionamento mais estreito e eficaz entre a cultura e a educação permanente;

----- Têm sido recebidos, pelos serviços competentes, inúmeros pedidos de docentes solicitando a implementação da alteração proposta. -----

----- Será necessário, para este efeito, proceder à inclusão de uma adenda no Boletim Municipal sobre a matéria já publicada relativa às taxas a aplicar pelas Bibliotecas Municipais; -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere: -----

----- 1 - Aprovar a alteração do regime de taxas das Bibliotecas Municipais, de acordo com a tabela anexa; -----

----- 2 - Submeter a presente proposta à aprovação da Assembleia Municipal.” -----

----- (A tabela a que se refere a presente proposta, fica devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal). -----

----- **O Senhor Presidente**, visto que ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de imediato pôs em votação a proposta 213/2003, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- Também por unanimidade, a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **PONTO 14 – PROPOSTA 217/2003 - APROVAR OS ENCARGOS REFERENTES AO FORNECIMENTO DE SERVIÇOS PARA A “MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS JARDINS ANTÓNIO NOBRE, FRANÇA BORGES, MARCELINO MESQUITA, SÁ DA BANDEIRA, 9 DE ABRIL, PARADA DOS PRAZERES, NUNO ÁLVARES E OLAVO BILAC”, ADJUDICADO À EMPRESA PLANTIAGRO – COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS PARA A AGRICULTURA, LDA, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA R) DO N.º1 DO ART.º 53º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 217/2003 -----

----- “Considerando que, por deliberação da Câmara Municipal de Lisboa, sob proposta n.º 150/2002, aprovada por unanimidade, em 22 de Maio de 2002, foi autorizada a adjudicação do fornecimento de serviços para a “Manutenção e conservação dos jardins António Nobre, França Borges, Marcelino Mesquita, Sá da Bandeira, 9 de Abril, Parada dos Prazeres, Nuno Álvares e Olavo Bilac”, à empresa Plantiagro – Comercialização de Produtos para a Agricultura, Lda., na sequência do Concurso Público Internacional n.º 48/01, realizado para o efeito; -----

----- Considerando que, o Tribunal de Contas, em devolução do presente processo, solicita que o mesmo seja submetido a deliberação da Assembleia Municipal que autorize a repartição dos respectivos encargos; -----

----- Considerando o artigo 9º, n.º 5.1 do Regulamento do Orçamento; -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere: -----

----- 1. Solicitar à Assembleia Municipal deliberação autorizando os encargos referentes ao fornecimento de serviços para a “Manutenção e conservação dos jardins António Nobre, França Borges, Marcelino Mesquita, Sá da Bandeira, 9 de Abril, Parada dos Prazeres, Nuno Álvares e Olavo Bilac”, adjudicado à empresa Plantiagro – Comercialização de Produtos para a Agricultura, Lda. -----

----- 2. Autorizar o valor global, para o prazo de execução e sucessivas renovações, de € 573.730,28 (Quinhentos e setenta e três mil setecentos e trinta euros e vinte e oito cêntimos). -----

----- 3. Autorizar, que seja contraído no corrente ano, o valor de € 274.912,42 (Duzentos e setenta e quatro mil novecentos e doze euros e quarenta e dois cêntimos), com o I.V.A. à taxa legal de 19% já incluído e com cabimento na Acção do Plano 05/03/A102/01, rubrica 09.01.02.02.25, do orçamento em vigor. -----

----- 4. Autorizar que seja considerado o encargo assumido para 2004, o valor de € 120.531,57 (Cento e vinte mil quinhentos e trinta e um mil euros e cinquenta e sete cêntimos), ao qual acresce o IVA à taxa de 19% no montante de € 22.901,00, totalizando € 143.432,57. -----

----- 5. Autorizar que seja considerado o encargo assumido para 2005, o valor de € 120.531,57 (Cento e vinte mil quinhentos e trinta e um mil euros e cinquenta e sete cêntimos), ao qual acresce o IVA à taxa de 19% no montante de € 22.901,00, totalizando € 143.432,57. -----

----- 6. Autorizar que seja considerado o encargo assumido para 2006, o valor de € 10.044,30 (Dez mil quarenta e quatro euros e trinta cêntimos), ao qual acresce o IVA à taxa de 19% no montante de € 1.908,42, totalizando € 11.952,72.” -----

----- **O Senhor Presidente**, dado que ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu em votação a proposta 217/2003, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- Também por unanimidade, a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **PONTO 15 – PROPOSTA 218/2003 - APROVAR OS ENCARGOS REFERENTES AOS FORNECIMENTOS DE SERVIÇOS PARA A “MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES DO EIXO NORTE/SUL – B E ZONAS ADJACENTES”, ADJUDICADO À EMPRESA PLANTIAGRO – COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS PARA A AGRICULTURA, LDA, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA R) DO N.º 1 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** ----

----- PROPOSTA 218/2003 -----

----- “Considerando que, por deliberação da Câmara Municipal de Lisboa, aprovada por unanimidade, em 22 de Maio de 2002, foi autorizada a adjudicação do fornecimento de serviços para a "Manutenção e conservação dos espaços verdes do Eixo Norte / Sul – B e Zonas adjacentes", à empresa Plantiagro – Comercialização de Produtos para a Agricultura, Lda., na sequência do Concurso Público Internacional n.º 46/01, realizado para o efeito; -----

----- Considerando que, o Tribunal de Contas, em devolução do presente processo, solicita que o mesmo seja submetido a deliberação da Assembleia Municipal que autorize a repartição dos respectivos encargos; -----

----- Considerando o artigo 9.º, n.º 5.1 do Regulamento do Orçamento; -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere: -----

----- 1. Solicitar à Assembleia Municipal deliberação autorizando os encargos referentes ao fornecimento de serviços para a "Manutenção e conservação dos espaços verdes do Eixo Norte / Sul – B e Zonas adjacentes”, adjudicado à empresa Plantiagro – Comercialização de Produtos para a Agricultura, Lda. -----

----- 2. Autorizar o valor global, para o prazo de execução e sucessivas renovações, de € 451.098,59 (Quatrocentos e cinquenta e um mil noventa e oito euros e cinquenta e nove cêntimos). -----

----- 3. Autorizar que seja contraído no corrente ano, o valor de € 216.151,35 (Duzentos e dezasseis mil cento e cinquenta e um euros e trinta e cinco cêntimos), com o I.V.A. à taxa legal de 19% já incluído e com cabimento na Acção do Plano 05/03/A102/01, rubrica 09.01.02.02.25, do orçamento em vigor. -----

----- 4. Autorizar que seja considerado o encargo assumido para 2004, o valor de € 94.768,61 (Noventa e quatro mil setecentos e sessenta e oito euros e sessenta e um cêntimos), ao qual acresce o IVA à taxa de 19% no montante de € 18.006,04, totalizando € 112.774,65. -----

----- 5. Autorizar que seja considerado o encargo assumido para 2005, o valor de € 94.768,61 (Noventa e quatro mil setecentos e sessenta e oito euros e sessenta e um cêntimos), ao qual acresce o IVA à taxa de 19% no montante de € 18.006,04, totalizando € 112.774,65. -----

----- 6. Autorizar que seja considerado o encargo assumido para 2006, o valor de € 7.897,43 (Sete mil oitocentos e noventa e sete euros e quarenta e três cêntimos), ao qual acresce o IVA à taxa de 19% no montante de €1.500,51, totalizando €9.397,94.”

----- **O Senhor Presidente**, visto ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida pôs em votação a proposta 218/2003, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- Também por unanimidade, a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **PONTO 16 – PROPOSTA 219/2003 - APROVAR OS ENCARGOS REFERENTES AO FORNECIMENTO DE SERVIÇOS PARA A “MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS JARDINS VASCO DA GAMA, AFONSO DE ALBUQUERQUE, PALÁCIO DA AJUDA E TORRE DE BELÉM”, ADJUDICADO À EMPRESA PARQUES E JARDINS – PROJECTOS E CONSTRUÇÕES, LDA, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA R) DO N.º 1 DO ART.º 53º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 219/2003 -----

----- “Considerando que, por deliberação da Câmara Municipal de Lisboa, sob proposta n.º 147/2002, aprovada por unanimidade, em 22 de Maio de 2002, foi autorizada a adjudicação do fornecimento de serviços para a “Manutenção e conservação dos jardins Vasco da Gama, Afonso de Albuquerque, Palácio da Ajuda e Torre de Belém”, à empresa Parques e Jardins – Projectos e Construções, Lda., na sequência do Concurso Público Internacional n.º 44/01, realizado para o efeito; -----

----- Considerando que, o Tribunal de Contas, em devolução do presente processo, solicita que o mesmo seja submetido a deliberação da Assembleia Municipal que autorize a repartição dos respectivos encargos; -----

----- Considerando o artigo 9º, n.º 5.1 do Regulamento do Orçamento; -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere: -----

----- 1. Solicitar à Assembleia Municipal deliberação autorizando os encargos referentes ao fornecimento de serviços para a “Manutenção e conservação dos jardins

Vasco da Gama, Afonso de Albuquerque, Palácio da Ajuda e Torre de Belém”, adjudicado à empresa Parques e Jardins – Projectos e Construções, Lda. -----

----- 2. Autorizar o valor global, para o prazo de execução e sucessivas renovações, de € 709.905,49(Setecentos e nove mil novecentos e cinco euros e quarenta e nove cêntimos). -----

----- 3. Autorizar, que seja contraído no corrente ano, o valor de € 340.163,08 (Trezentos e quarenta mil cento e sessenta e três euros e oito cêntimos), com o I.V.A. à taxa legal de 19% já incluído e com cabimento na Acção do Plano 05/03/A102/01, rúbrica 09.01.02.02.25, do orçamento em vigor. -----

----- 4. Autorizar que seja considerado o encargo assumido para 2004, o valor de € 149.139,81 (Cento e quarenta e nove mil cento e trinta e nove euros e oitenta e um cêntimos), ao qual acresce o IVA à taxa de 19% no montante de € 28.336,56, totalizando € 177.476,37. -----

----- 5. Autorizar que seja considerado o encargo assumido para 2005, o valor de € 149.139,81 (Cento e quarenta e nove mil cento e trinta e nove euros e oitenta e um cêntimos), ao qual acresce o IVA à taxa de 19% no montante de € 28.336,56 totalizando € 177.476,37. -----

-----6. Autorizar que seja considerado o encargo assumido para 2006, o valor de € 12.428,29 (Doze mil quatrocentos e vinte e oito euros e vinte e nove cêntimos), ao qual acresce o IVA à taxa de 19% no montante de € 2.361,38, totalizando € 14.789,67.” -----

----- **O Senhor Presidente**, visto ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu em votação a proposta 219/2003, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- Também por unanimidade, a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, em interpelação à Mesa, disse: -----

----- “Sr. Presidente, como penso que os trabalhos vão terminar, cordatamente e de forma breve permita-me esclarecer que há pouco, depois das suas palavras e das minhas, pode ter ficado a impressão de que eu, ao falar da posse de V. Ex^a como Presidente da Assembleia, estava a formular alguma crítica. Não estava! Compreendo perfeitamente as circunstâncias em que decorreu, só foi uma explicação que dei sobre factos que acontecem e que temos que encarar com normalidade. -----

----- Mas gostava de deixar isso bem claro para a correcção e normalidade das relações com V. Ex^a e com a Mesa. -----

----- O segundo ponto de que gostava de dar nota, era que tive a confirmação dos Serviços de que não existe na Assembleia Municipal nenhum registo de qualquer comunicação, no passado, da designação do Vice-Presidente da Câmara por parte do Presidente da Câmara. -----

----- Portanto, estranho que não tenha sido estranhado no passado a falta de comunicação, embora eu, como disse, fizesse tentações de o comunicar aqui. Mas assim fica tudo claro!” -----

----- **O Senhor Presidente**, em resposta, disse: -----

----- “Também gostava de informar o Sr. Presidente da Câmara que eu próprio, e aliás deveria ter sido eu a tomar a decisão, iria pedir essa indicação para informar a Assembleia Municipal.” -----
----- Seguidamente, esgotada que estava a Ordem de Trabalhos, deu por encerrada a reunião e com ela a Sessão Ordinária iniciada no dia 29 do passado mês de Abril. -----
----- Eram 17 horas e 45 minutos. -----
----- E eu, _____, Primeiro Secretário, fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com a Segunda Secretária, _____.
----- O PRESIDENTE -----